



**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

HELMER NUNES

**COOPERAÇÃO UNILAB E CPLP: DIAGNÓSTICO DE AÇÕES DE INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL PARA A CONSOLIDAÇÃO DA MISSÃO INSTITUCIONAL**

REDENÇÃO-CEARÁ-BRASIL

2020

HELMER NUNES

**COOPERAÇÃO UNILAB E CPLP: DIAGNÓSTICO DE AÇÕES DE INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL PARA A CONSOLIDAÇÃO DA MISSÃO INSTITUCIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Administração Pública, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Administração Pública

Orientador: Luís Miguel Dias Caetano

REDENÇÃO-CEARÁ-BRASIL
2020

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Nunes, Helmer.

N972c

Cooperação Unilab e CPLP: Diagnóstico De Ações De Integração
Internacional para Consolidação da Missão Institucional / Helmer Nunes. - Redenção, 2020.
88f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública - Semestral,
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Luís Miguel Dias Caetano.

1. Cooperação Internacional. 2. Cooperação Sul-Sul. 3. Ensino
Superior. I. . II. Título.

CE/UF/BSCA

CDD 327.17

HELMER NUNES


**COOPERAÇÃO UNILAB E CPLP: DIAGNÓSTICO DE AÇÕES DE INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL PARA A CONSOLIDAÇÃO DA MISSÃO INSTITUCIONAL**

Monografia julgada e aprovada para obtenção do Diploma de Graduação em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

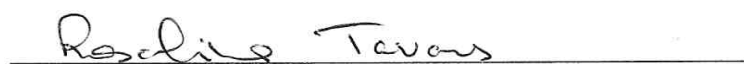
Data da aprovação: 29 / 01 / 2020

Nota: 10

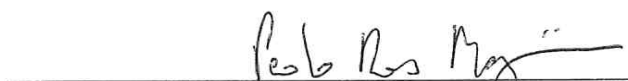
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Luís Miguel Dias Caetano
(Orientador)



Profa. Dra. Rosalina Semedo de Andrade Tavares
(Membro)



Prof. Dr. Pedro Rosas Magrini
(Membro)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Augusto Nunes e Segunda Pereira, especialmente às duas pessoas importante durante a minha formação: Meu avô Eng.º Diamantino Joaquim Gomes da Silva e o meu primo Dionísio Arestino Carapul, por tudo que terem feito por mim, pela confiança e pelo apoio incondicional. E aos meus familiares de forma geral.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me concedido graça da vida, pela saúde, força, proteção e coragem para concluir mais uma etapa na minha vida.

À minha mãe por tudo, e sou muito grato às minhas irmãs e aos meus irmãos: Filomena Nunes, Maria Francisca Nunes, Ramiro da Costa, Lila Nunes, Walter Nunes, Sandra Augusto Té, Clauca Nunes, Zezinho Nunes, Jacira Nunes, Ivandra Nunes, Moelson Gomes por apoiarem o meu sonho; agradeço ainda a todos meus familiares e amigos, Salimata Sissé pelo apoio Jailson Suleimane Gomes Candé pelo suporte técnico na realização de entrevistas.

Ao governo brasileiro, pela oportunidade de realizar um curso superior em um grande projeto de cooperação Sul –Sul como a UNILAB.

Meus sinceros agradecimentos à direção de Pró- Reitoria de Administração (PROAD) da UNILAB, na pessoa da Tecla Lorena A. Silva que me concedeu o estágio supervisionado obrigatório e todo aprendizado acadêmico e profissional.

Aos servidores públicos (docentes e técnicos-administrativos), sou grato a todos, muito obrigado pela vossa participação para concretização deste sonho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Luís Miguel Dias Caetano pela paciência, dedicação e empenho dispensado para a realização deste trabalho.

Aos membros da banca examinadora, Prof. Dr. Pedro Rosas Magrini e Prof.a Dra. Rosalina Semedo de Andrade Tavares por terem dedicado tempo e atenção para avaliação deste trabalho.

Agradeço a todos os professores da minha formação acadêmica, foram importantes para que eu chegasse até aqui. A cada membro do corpo docente e a todos os que contribuem para o funcionamento das atividades da UNILAB.

Aos meus colegas do curso, em especial da turma de Administração Pública, entrada 2014.3; ao meu querido irmão Apolinário José H. Té, companheiro de luta, pela amizade, pela cumplicidade e companheirismo durante esses cinco anos, ao Patrick Agati Pires um ser humano incrível, um irmão que a UNILAB me deu, obrigado pelo apoio e prontidão ao ouvir-me sempre com meus problemas, e obrigado ao Nataniel Prenda de Deus pela revisão textual. Por fim, a todos os entrevistados pela colaboração.

RESUMO

O objetivo do estudo é pesquisar as ações desenvolvidas pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, visando à cooperação internacional com os países parceiros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Para sua estruturação, elaboraram-se quatro objetivos específicos, sendo o primeiro, identificar e tipificar os convênios celebrados entre a UNILAB e instituições dos países parceiros; o segundo conhecer as ações desenvolvidas e programadas para reforçar a cooperação internacional com os países parceiros; o terceiro é identificar os principais resultados obtidos na sequência das relações da Instituição com organizações dos países parceiros, e o quarto, propor eventuais ações no contorno de relações internacionais que através da cooperação internacional possam proporcionar o desenvolvimento dos países parceiros. Em resposta aos objetivos, disponibilizou-se uma revisão da literatura sobre a cooperação Internacional para o desenvolvimento, cooperação sul-sul, Brasil e CPLP a integração e internacionalização, e o projeto UNILAB. Apresentou-se ainda uma síntese das concepções de alguns dos principais autores sobre as questões teóricas com olhar crivo atinentes ao processo de cooperação internacional Norte- Sul e Sul-Sul. Para o efeito, realizou-se então, uma pesquisa qualitativa de caráter exploratória um estudo de caso sobre a UNILAB na qual permite que os investigadores foquem em um caso e retenham uma perspectiva holística e do mundo real. Foram feitas análises dos documentos internos da universidade e entrevistas semiestruturadas dirigidas aos diretores dos Institutos, Pró-reitor/a de Relações Institucionais e Coordenador/a da Rede de Instituições Públicas de Educação Superior em observância da técnica de análise de conteúdo. Verificou-se que a UNILAB apesar de ser uma instituição do ensino superior de cooperação e integração internacional, não tem uma estratégia definida de internacionalização, embora existam algumas ações incipientes na prática é difícil sinalizar algo. Ademais, percebeu-se que há diferente interpretação dos entrevistados sobre o que seria de fato uma internacionalização. Sendo uma instituição marcadamente internacional, a sua estratégia incipiente no quantitativo de corpo discente era de 50% para estudantes nacionais e 50% para estudantes internacionais, todavia, os estudantes brasileiros respondem com um total 85,10% e os estudantes internacionais, apenas com 14,90%, os 33 convênios assinados de 2010 a 2019, apenas nove está com status vigente, fato que merece a preocupação no que concerne à continuidade e afirmação da universidade enquanto instituição que emana de cooperação técnica internacional com viés Sul-Sul e com os países parceiros da CPLP.

Palavra-chave: Cooperação Internacional. Cooperação Sul-Sul. Ensino Superior.

ABSTRACT

The goal of the study is to search the actions developed by the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony, aiming at international cooperation with partner countries of the Community of Portuguese Speaking Countries. For its structure, four specific objectives were elaborated, the first one is to identify and typify the agreements signed between UNILAB and partner countries institutions; the second one is to learn about the actions developed and programmed to strengthen international cooperation with partner countries; the third goal is to identify the main results obtained as a result of the Institution's relations with organizations from partner countries, and the fourth and the last is to propose possible actions in the outline of international relations that through international cooperation can provide the development of partner countries. In response to the objectives, a literature review on International cooperation for development, South-South cooperation, Brazil and CPLP, integration and internationalization, and the UNILAB project was made available. A synthesis of the conceptions of some of the main authors on theoretical issues was also presented, with a critical view on the North-South and South-South international cooperation process. For this purpose, a qualitative research of exploratory character is carried out, a case study about UNILAB in which it allows researchers to focus on a case and retain a holistic and real world perspective. Analyzes of the university's internal documents and semi-structured interviews were made to the directors of the Institutes, the Dean of Institutional Relations and the Coordinator of the Network of Public Institutions of Higher Education in compliance with the content analysis technique. It appears that UNILAB, despite being a higher education institution of international cooperation and integration, does not have a defined internationalization strategy, although there are some incipient actions in practice, it is difficult to signal something. Furthermore, it is clear that there is a different interpretation of the interviewees about what an internationalization would be. Being a markedly international institution, its incipient strategy of numerical parity which was 50% for national students and 50% for international students, It was found that Brazilian students respond with a total of 85.10% and international students, with only 14.90% , the 33 agreements signed from 2010 to 2019, only nine are in current status, a fact that deserves concern with regard to the continuity and affirmation of the university as an institution that emanates from international technical cooperation with South-South bias and with partner countries of the CPLP.

Key-word: International Cooperation. South-South cooperation. Higher education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Marco histórico do surgimento de cooperação Norte- Sul e Sul-Sul e suas Motivações políticas	30
Quadro 2 – Perfil dos entrevistados	58
Quadro 3 – Avaliação de estratégias de internacionalização	60
Quadro 4 – Ações desenvolvidas	62
Quadro 5 - Ações com maior relevância para os institutos	64
Quadro 6 - Tipos de parceiros/ Parcerias	66
Quadro 7 - Dificuldades no processo de internacionalização	68
Quadro 8 - Contribuição das parcerias internacionais para o ensino, pesquisa e extensão do Instituto	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Estudantes da UNILAB por forma de ingresso de 2010 a 2019	46
Tabela 2- Convênio UNILAB e as Instituições parceiras da CPLP.....	50

LISTA DE SIGLAS

ABC- Agência Brasileira de Cooperação
AOD- Ajuda Oficial ao Desenvolvimento
BM- Banco Mundial
CNS- Cooperação Norte-Sul
CSS- Cooperação Sul-Sul
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CID- Cooperação Internacional para Desenvolvimento
CONSAN- Segurança Alimentar e Nutricional
EEES- Espaço Europeu do Ensino Superior
FMI- Fundo Monetário Internacional
IES- Instituição do Ensino Superior
IILP- Instituto Internacional de Língua Portuguesa
MEC- Ministério de Educação e Ciência
MERCOSUL- Mercado Comum do Sul
MRE- Ministério das Relações Exteriores
MNA- Movimento de Não Alinhados
ODM- Objetivo do Desenvolvimento de Milênio
ONU- Organização das Nações Unidas
ONG- Organização Não Governamental
PALOP- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PDI- Plano de Desenvolvimento Institucional
PROINST- Pró- Reitoria de Relações Institucionais
RIPES- Rede de Instituições Públicas de Educação Superior
UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNILA-Universidade da Integração Latino Americana

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. REVISÃO LITERÁRIA	13
2.1 Cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) Norte-Sul.....	14
2.2 Cooperação Internacional para o desenvolvimento (CID) Sul-Sul.....	21
2.2.1 Conceitos básicos sobre a Cooperação Sul-Sul.....	26
2.2.2 Críticas apontadas aos países do Sul	29
3. BRASIL E CPLP: A INTEGRAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA	31
3.1 Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)	37
4. PROJETO UNILAB	41
4.1 Estrutura Organizacional e administrativa	43
4.2 Conselho de Integração Internacional	47
4.2.1 Convênio com os países parceiros da CPLP.....	49
4.2.2 Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES)	52
5. METODOLOGIA	53
6. ANÁLISE DE DADOS E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS	56
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73
APÊNDICE A – Guião de entrevista usado na coleta de dados.....	79
APÊNDICE B – Tabela de estudantes da UNILAB por forma de ingresso de 2010 a 2019...85	
APÊNDICE C – Tabela de convênios UNILAB e as Instituições parceiras da CPLP.....86	
APÊNDICE D – Quadro do perfil dos entrevistados	87
APÊNDICE E– Quadro de avaliação de estratégia de internacionalização	88
APÊNDICE F– Quadro de ações desenvolvidas.....	89
APÊNDICE G – Quadro de ações com maior relevância para o Instituto	90

APÊNDICE H – Quadro de tipos de parceiros/parcerias	91
APÊNDICE I – Quadro de dificuldades no processo de internacionalização	92
APÊNDICE J – Quadro de contribuição das parcerias internacionais para o ensino, pesquisa e extensão do instituto	93
ANEXO A – Lista de convênios da UNILAB com as Instituições parceiras internacionais.....	94
ANEXO B – Quadro de marco histórico do surgimento de Coop. Norte e Sul e Coop. Sul-Sul e suas motivações políticas.....	95

1. INTRODUÇÃO

A motivação por essa pesquisa está relacionada com o potencial que o projeto UNILAB representa a nível acadêmico, social e cultural no Brasil e para os países parceiros, pela necessidade de compreender a cooperação internacional para o desenvolvimento e na perspectiva Sul –Sul, a sua internacionalização mediante a parceria com os países parceiros da Comunidade dos países de Língua Portuguesa é de capital importância dado ao seu valor global.

O estado brasileiro através de cooperação técnica e do ensino superior, criou instituições atendendo sua política de internacionalização e interiorização de educação superior, serviu-se de cooperação com os países membros da CPLP para internacionalizar a sua educação superior, tanto que a UNILAB é uma das instituições do ensino superior que goza dessas duas políticas (GOMES e VIEIRA, 2013).

Nessa perspectiva, diante do enorme potencial que a universidade representa para o Brasil e aos países parceiros, há necessidade de pesquisar sobre as ações de integração internacional para consolidação da missão institucional, em um período que compreende de 2010 a 2019, recorrendo sobre os convênios firmados, as ações desenvolvidas e no engajamento da instituição no processo da integração internacional e na projeção da universidade a outros horizontes. O presente trabalho tem como o objetivo pesquisar as ações desenvolvidas pela UNILAB, visando à cooperação internacional com os países parceiros da CPLP.

Sendo uma universidade internacional e segundo as orientações descritas nos documentos internos, abraçando um viés internacional por meio de suas políticas, pela natureza da sua criação, construindo suas bases por intermédio de cooperação. O trabalho tem como metodologia a pesquisa qualitativa, de caráter exploratória, um estudo de caso sobre a UNILAB que, segundo Yin (2015), permite que os investigadores foquem em um caso e retenham uma perspectiva holística e do mundo real ao proporcionar uma familiaridade com o problema, tornando-o mais compreensível e acessível para questões futuras que tratem sobre o assunto. Foram feitas análises dos documentos internos da universidade e as entrevistas semiestruturada dirigida aos diretores dos Institutos, Pró-reitor/a das Relações Institucionais e Coordenador/a da Rede de Instituições Públicas de Educação Superior em observância da técnica de análise de conteúdo proposto pelo (BARDIN, 1977). Consultados os documentos internos da universidade a saber: o estatuto, as diretrizes, o PDI, e entre outros, que verga sobre missão institucional

específica de formar recursos humanos por meio de cooperação e contribuir na integração do Brasil e os demais países membros da Comunidade.

A Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) configura como projeto inovador de ensino superior voltada para a cooperação internacional na perspectiva Sul-Sul, com os países de língua portuguesa, especialmente os PALOP's e Timor Leste na Ásia, estendendo-se progressivamente a outros países deste continente por meio da formação de cidadãos com sólido conhecimento técnico, científico e cultural e comprometido com a necessidade de superação das desigualdades sociais e a preservação do meio ambiente (UNILAB, 2019). O presente trabalho justifica-se tendo em vista o potencial que o projeto UNILAB representa, e com a motivação acadêmica, e pela necessidade de compreender a relação na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) na perspectiva Sul-Sul, pela natureza do projeto, se as ações da reitoria, da pró-reitoria e dos institutos, são no sentido de consolidar a missão institucional universitária, na elevação de integração internacional mediante a parceria com os países parceiros da CPLP e organismos internacionais.

Objetivo geral

Pesquisar as ações desenvolvidas pela UNILAB, visando à cooperação internacional com os países parceiros da CPLP.

Objetivos específicos

Identificar e tipificar os convênios celebrados entre a UNILAB e instituições dos países parceiros;

Conhecer as ações desenvolvidas e programadas para reforçar a cooperação internacional com os países parceiros;

Identificar os principais resultados obtidos na sequência das relações da Instituição com organizações dos países parceiros;

Propor eventuais ações no contorno de relações internacionais que através da cooperação internacional possam proporcionar o desenvolvimento dos países parceiros.

Quanto à relevância acadêmica, espera-se que o trabalho possa contribuir para melhorar o processo da internacionalização na UNILAB. Sendo uma universidade de caráter internacional, suas políticas e ações devem cingir no fomento de políticas e estratégias de internacionalização, auxiliado na produção do conhecimento.

Por outro lado, servir de apoio no processo de internacionalização, visto que, a internacionalização da educação superior é um assunto pouco estudado no Brasil, defende (MOROSINI; NASCIMENTO, 2017).

Espera-se que o trabalho possa abrir caminhos para futuras investigações se assim justificar.

Contudo, pretende-se que, a nível social, contribua para o entendimento sobre a natureza do projeto UNILAB, sua importância na comunidade de maciço de Baturité, nos Malês e nos países parceiros. Apesar de não ser o nosso foco estudar o impacto socioeconômico, desde sua criação, é nítida a contribuição da universidade aqui no Brasil, assim como nos países parceiros. Também se espera, a nível institucional, que a pesquisa consiga trazer à tona discussão sobre a necessidade de voltar ao projeto inicial da UNILAB e com participação de todos na melhoria dos processos políticos universitários que vise à verdadeira integração e internacionalização.

O presente trabalho está dividido em seis (6) capítulos. No primeiro capítulo, a introdução da pesquisa, no segundo capítulo a revisão literária, na qual foi apresentada de forma sucinta uma breve abordagem histórica sobre cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) Norte e Sul, e a cooperação internacional para o desenvolvimento Sul-Sul; no terceiro capítulo, fala-se sobre Brasil, CPLP: integração e internacionalização universitária; no quarto capítulo, aborda-se sobre o projeto UNILAB; no quinto capítulo, foi apresentado o processo metodológico; no sexto capítulo, faz-se a análise de dados e apresentação de resultados e tem-se as considerações finais.

Questão de partida

Em que medida a UNILAB está desenvolvendo ações de cooperação e de integração internacional, intercâmbio acadêmico e solidário com países membros da CPLP?

Pretende-se perceber se as propostas e políticas nas quais a Universidade da Integração Internacional de Lusofonia Afro-Brasileira foi criada, tem sido prioridade institucional, se são essas as premissas básicas que regem a adoção de estratégias e de políticas administrativas no que tange a sua expansão de forma a alcançar e consolidar a sua missão institucional, projetando a Universidade para o alcance de novos horizontes através de parcerias firmadas e de práticas que geram a integração e internacionalização universitária.

2. REVISÃO LITERÁRIA

Para nós estudantes do curso de Administração Pública, há uma limitação epistemológica nas concepções teóricas tradicionais das relações internacionais, “a cooperação internacional tem sido um assunto pouco estudado no campo de conhecimento da administração” (DOS SANTOS; CARRION, 2011, p. 14). Contudo, optamos por fazer uma revisão literária sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) na primeira parte da pesquisa com um olhar crivo sobre o processo de cooperação Norte-Sul assim como a cooperação Sul-Sul e as críticas aos países do Sul.

Para melhor entendimento do processo e da natureza do projeto UNILAB, faz-se necessário a contextualização da ideia de cooperação internacional para o desenvolvimento (CID), sua abordagem e breve olhar sobre as necessidades dos Estados por meio de suas instituições públicas e privadas e dado a um certo período da história da humanidade sentiram a necessidade de cooperarem em diversos âmbitos atendendo as demandas de forma recíproco, apesar de que, em diversas situações esta troca e/ou ajuda segundo alguns autores tais como: Hayter et al apud Ayllón (2006) afirmam que no campo da relação internacional a famosa troca e/ou ajuda externa configura-se como meio de dominação e exploração constante dos países ocidentais sobre os periféricos.

Por outro lado, discorrer sobre a cooperação Sul-Sul como parte do processo de cooperação internacional para o desenvolvimento marcadamente pelo viés técnico, haja vista a preocupação dos países do Sul na redução de assimetrias entre ocidente em relação ao Sul global, pela fórmula verticalizada de cooperar. Os países emergentes, como a China, Brasil, África do Sul, Índia, México, Argentina, Coréia do Sul entre outros, foram principais responsáveis pela nova forma de engendrar a cooperação, a chamada cooperação horizontal, tudo pela tentativa de não reproduzir o mesmo molde de cooperar entre Norte e Sul. Estes países cuja economia emergente deixaram de ser apenas países receptores de ajuda e passaram a ser doadores pela similaridade dos problemas que enfrentam ao longo da história, pela cultura similares e laços históricos ligados ao processo de colonialismo (AYLLÓN, 2006).

2.1. Cooperação internacional para o desenvolvimento (CID)

“A noção atual da cooperação internacional para o desenvolvimento, sobretudo no que se refere a ajuda ao desenvolvimento, é recente, com uma história que dura pouco mais de meio século, ou seja, iniciada após a II Guerra Mundial” (KERCH e SCHNEIDER, 2013, p. 2). “Antes de 1945, as políticas de ajuda não existiam como tais” existem atualmente (AYLLÓN,

2006, p. 11). Antes da segunda Guerra os Estados nacionais, organizações internacionais, organizações financeiras, sociedade civil, instituições privadas, ONGS e entre muitos, ao longo de tempo têm tentado encontrar uma forma de cooperar para desenvolver, não obstante, surgiram várias iniciativas por intermédio das instituições com este propósito. “A cooperação internacional estaria fundamentada em ações que governos e organizações da sociedade civil de países distintos planejam e executam objetivando fomentar um progresso mais equilibrado e justo no mundo” (DOS SANTOS; CARRION, 2011, p. 1850).

Para o melhor entendimento dessas ações entre os países industrializados e os países em desenvolvimento, torna imprescindível compreender o conceito de cooperação para o desenvolvimento e suas dinâmicas, apesar, porém, de não existir uma definição única de cooperação para desenvolvimento, já que o termo não possui validade para todo tempo e lugar. Para Ayllón (2006), a cooperação para o desenvolvimento como conceito tem experimentado sempre mudanças em função do pensamento, das políticas e dos valores presentes nas relações Norte-Sul. A cooperação para o desenvolvimento

é conjunto de atuações de caráter internacional realizadas pelos atores públicos e privados, entre países de diferentes níveis de renda, para promover o progresso econômico e social dos países em vias de desenvolvimento (PVD), e conseguir um progresso mais justo e equilibrado no mundo, com o objetivo de construir um planeta mais seguro e pacífico. (AYLLÓN, 2006, p. 7).

Ainda segundo autor acima citado, a “finalidade primordial da Cooperação ao Desenvolvimento deve ser a erradicação da pobreza, da inclusão social e o incremento permanente dos níveis de desenvolvimento político, social, econômico e cultural nos países do Sul” (AYLLÓN, 2006, p. 7).

Seguindo a lógica desta intenção e da definição do que é a cooperação respaldado em conseguir o progresso mais justo e equilibrado no mundo, talvez não haveria tanta assimetria entre os Estados, e pelo que tem sido constatado em prática por vários estudiosos e pesquisadores desta área é que cooperação internacional para o desenvolvimento (CID), particularmente a cooperação entre Norte e Sul (CNS), foi objeto de várias abordagens críticas, haja vista a sua configuração que a maioria das vezes imbuída de interesses econômicos, geopolítico, de dominação e controle, tornou-se em um campo nitidamente estratégico para o efeito. De acordo com Milani e Carvalho (2012) a cooperação internacional para o desenvolvimento é um instrumento da política externa dos países desenvolvidos, tanto para a internacionalização de suas práticas de governança, quanto para a projeção de seus respectivos modelos de capitalismo. Se observarmos atentamente as decisões do conselho de segurança das Nações Unidas ou do Fundo Monetário Internacional, iremos perceber que são tipicamente

voltadas aos interesses Ocidentais, apresentada ao mundo em função das aspirações da comunidade mundial.

O Ocidente promove seus interesses políticos e econômicos impondo as outras nações o que eles julgam apropriados, usam suas forças bélicas e recursos econômicos para dirigir o mundo a fim de preservar o seu domínio, proteger seus interesses e promover valores políticos e econômicos que se dizem democráticos e defensores dos direitos humanos. (MOTA, 2009, p. 49).

“O sistema internacional de cooperação para o desenvolvimento atua não somente como um conjunto de atores, instituições e normas, mas também como sistema de legitimação da hegemonia na atual ordem global” (COX, 1996, apud MUÑOZ, 2017, p. 393). Com base nesses pressupostos iniciais, e na visão destes autores, pretende-se imprimir uma abordagem com visão crítica dos interesses e as narrativas que norteiam a finalidade de cooperação Norte e Sul ao longo do capítulo.

Com o fim da II guerra mundial e do processo de descolonização, o ocidente, não tinha como apropriar de forma direta dos recursos provenientes das antigas colônias que mantinham nas regiões como: Ásia, África e América Latina, principalmente. Teriam que encontrar uma outra fórmula e dinâmica de subtrair recursos nestas regiões dotada de nova configuração que muitos chamam de neocolonialismo, destarte, viam por via de cooperação e a chamada ajuda externa uma oportunidade, um novo trilha para sobrepor aos Estados do Sul seus interesses políticos, métodos e exigências atreladas ao programa de ajuda feita pelas suas instituições, consubstanciado nas fortes ingerências nos assuntos internos destes países. “Neste sentido, a CID seria o instrumento de “*soft Power*” por excelência, de intervenção do Ocidente no Terceiro Mundo acastela” (MILANI e LOUREIRO, 2013, p. 3); movidos “de interesses que sempre fizeram parte das motivações da cooperação internacional”, reforça MUÑOZ (2017, p. 398).

Com o fim da segunda guerra mundial e posteriormente o término do processo da descolonização dos países afro-asiáticos, as principais potências capitalistas criaram instituições financeiras, apesar de várias tentativas, os países ocidentais no período que compreende de 1939 e 1945, em um desses encontros, entre as quais o de Bretton Woods, New Hampshire, 1944, EUA, pouco antes do fim da segunda guerra o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) foram criados (LAUDAU, 2008 apud KERCH; SCHNEIDER, 2013). O BM teria nascido com fins de construção e posteriormente por meio de esforços de líderes latino-americanos teria sido possível incluir como um dos principais objetivos desta entidade global o desenvolvimento (DOS SANTOS; CARRION, 2011).

Kerch e Schneider (2013), ainda nesta lógica de encontrar a fórmula por meio de cooperação, o mundo viu nascer a Organização das Nações Unidas (ONU), criada aos 24 de outubro 1945 em São Francisco (EUA), com o propósito de promover a paz, a cooperação e o desenvolvimento mundial (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945). Mediante a cooperação, solucionar os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário assim como a prevenção de conflitos e de uma forma vasta envolvendo todos os países assinante da carta, daí se deu de forma incontroversa a projeção e os avanços de cooperação internacional para o desenvolvimento.

Para Kerch e Schneider (2013, p. 3) “neste sentido, o ano de 1948 o mundo testemunhou o lançamento do maior programa de cooperação internacional até então formulado: o Plano Marshall dirigidas aos países afetados pela guerra cujas economias eram totalmente destruídas”, entretanto, os países ocidentais começaram assim a cooperar em diferentes âmbitos com o propósito de resolverem os problemas e as demandas de cada Estado, para o alcance da prosperidade e o desenvolvimento. O sucesso na reconstrução da Europa devastada pela guerra, teve efeitos práticos e positivos, a fórmula funcionou, a “Europa e Japão se reergueram justamente através da Cooperação Norte desenvolvida pelos EUA no pós-guerra” (PEREIRA; MEDEIROS, 2015, p. 12). Todavia, em contraste como a política de cooperação Norte e Sul a fórmula parece não funcionar, não obstante, levantamos as seguintes perguntas:

- Por que a cooperação de Norte-Sul não tem resultado efetivo e prático tanto quanto o Plano Marshall?

- Será que ainda não conseguiram achar a fórmula para que a cooperação Norte-Sul tivesse sucesso tanto quanto ao Plano Marshall?

O motivo de colocação é problematizar o porquê do sucesso de um, face talvez ao fracasso do outro? Todavia, acentuada na ideia de que o Plano Marshall sendo um dos maiores programas de reconstrução da Europa que custou ao cofre americano uma soma de S\$13 bilhões investidos (PISETA, 2018). E sem pretensão de assumir a opinião, pela compreensão e da complexidade do processo da cooperação e do desenvolvimento, a cooperação Norte teve sucesso, seus resultados foram positivos e se fazem sentir até hoje pelo nível do desenvolvimento dos países ocidentais, em compensação a cooperação Norte e Sul através do financiamento de projetos e programas de desenvolvimento no Sul global não teve o mesmo resultado. Em contrapartida, os países do Sul não tinham tantos problemas, tinham sim e têm problemas estruturais ocasionado pelo colonialismo.

Entretanto, pela dessemelhança de dois problemas, de um lado países devastados pela guerra e por outro lado países afetados pelo colonialismo, quais desses problemas seria fácil de

solucionar? Os programas de desenvolvimento direcionados aos países do Sul mostraram-se ineficientes no que se refere a promoção do desenvolvimento destes países, por isso sofreu críticas ao longo do tempo. Porém, vale ressaltar que o desenvolvimento não é nem será uma mera consequência fatalista do acaso, e não se faça crer que os Estados do Sul apenas podem desenvolver por meio da boa ação do ocidente tanto quanto por meio de cooperação internacional, principalmente com as políticas e condicionalidades impostas pelo ocidente e suas instituições financeiras, o desenvolvimento dos países do Sul talvez seria em consequência de trabalho árduo, de investimento sério na educação, de construção de um processo racional econômico sustentado e pela tomada de consciência sobre os riscos que o sistema global representa a estes países em desenvolvimento com suas políticas, o progresso e o desenvolvimento destes países teria que ser pensado, planejado, executado mediante as prioridades das necessidades de cada Estado, sem perder de vista a cooperação com o Norte, isto é, ela é importante, mas que não seja apenas uma única mola mestra, a única base propulsora para chegar ao desenvolvimento.

A pobreza das nações em desenvolvimento é evidenciada como um problema crítico, dentro de um contexto econômico mundial desigual herdado do passado colonial. Nesse sentido, a ocupação de partes dos territórios dos países em desenvolvimento pelas antigas metrópoles ou governos minoritários priva esses países de seus recursos naturais e constitui um obstáculo ao seu desenvolvimento. (PEREIRA; MEDEIROS, 2015, p. 12 -13).

Se no passado havia tantas privações e a estes países por vários séculos foram negados o direito de seguir, não é de agora que isso seja possível, a negação apenas mudou de configuração, ganhou uma nova forma de atuação, problematizar com as interrogações subjacentes sirva de chamada de atenção aos países do Sul. Talvez tudo leva a crer que há pouca transparência no que tange ao molde de cooperação entre Norte-Sul, e conseqüentemente assumir a opinião dos autores do campo da relação internacional, tais como: Hayter et al apud Ayllón (2006) afirmaram que a ajuda internacional constitui uma nova forma de colonização, o neocolonialismo, um obstáculo ao desenvolvimento, o anzol da nova dependência dos países pobres frente aos países ricos ou ainda uma nova forma de negócio internacional. São os próprios países do Sul responsáveis pelo progresso e o desenvolvimento que tanto desejam, jamais deveriam acreditar na benevolência da cooperação com Norte, ter maior controle dos seus recursos, pela definição de suas prioridades a partir das suas necessidades locais, melhorar a educação, investimento em tecnologias, incremento de mais cooperação técnica, balizar planos e estratégias políticas, econômicas e sociais a mercê das suas realidades locais seria talvez um novo caminho à trilhar para o desenvolvimento.

A CID, por outro lado, é marcada pelo “período da Guerra Fria (1945-1989)” (SANTOS; CARRION, 2011, p. 5) em um contexto de “relações internacionais caracterizado pela disputa bipolar entre as superpotências capitalista norte americana e comunista soviética, visando a manutenção e ampliação de seus modelos sociopolíticos e econômico” (ALBANO, 2006, p. 122). Em prejuízo dessa disputa, “a periferia do sistema mundial passa a se organizar em torno de princípios, valores e ideias comuns que serviriam de base para as suas estratégias de atuação externa em um contexto de Guerra Fria” (PEREIRA; MEDEIROS, 2015, p. 9).

Em função dessa organização “como resultado, surgiu o Movimento de Não Alinhados (MNA) a partir da Conferência de Belgrado, em 1961” (PEREIRA; MEDEIROS, 2015, p. 8). Pela dura experiência e de luta pela descolonização, os países presentes nessa conferência prezam pela não interferência, a não intervenção nos assuntos internos dos demais estados, adotando os princípios de respeito à soberania e a integridade territorial de todas as nações, e tem como valor primordial a dignidade da pessoa humana e manter equidistante a luta de blocos que se pairava no ocidente.

Para Milani e Loureiro (2013), a arquitetura da CID envolve inúmeros atores, tanto do lado dos chamados países doadores tradicionais e emergentes, quanto no campo dos beneficiários, normalmente países de renda baixa ou, em alguns raros casos, países de renda média. Por conseguinte, os doares tradicionais com as suas políticas de cooperação, a famosa “ajuda externa”, tem acarretado enormes dificuldades cuja ação de assistência deveria proporcionar o desenvolvimento e não a produção de dependência contínua dos países em via do desenvolvimento, o processo e as medidas contidas no pacote vêm atrelados de condicionalidades que muitas das vezes não levam em consideração as características locais e peculiaridade de cada Estado receptor de ajuda talvez que essas condicionalidades atreladas à ajuda apenas atende os interesses dos doadores.

Segundo AYLLÓN (2006), a origem de ajuda ao desenvolvimento e sua atual fisionomia é algo resultante do passado.

“Resultado das dinâmicas históricas que têm dado forma ao sistema internacional contemporâneo na qual configura-se em três situações diferentes: primeiro, a confrontação Leste-Oeste e o bipolarismo e em segundo lugar, o processo de descolonização e o conflito Norte-Sul e em terceiro lugar, as dinâmicas da globalização e a paulatina integração da economia mundial. Os três processos estão muito relacionados, sendo essas três dinâmicas a base da explicação da maior parte dos acontecimentos-chave na evolução da cooperação ao desenvolvimento” (AYLLÓN, 2006, p. 11).

Com estes três cenários reportados pelo Ayllón, este último, a globalização e suas dinâmicas, configura como a consequência e o resultado de duas primeiras, a confrontações

Leste-Oeste e o bipolarismo e o processo de descolonização, gerando conflito entre Norte e Sul, assim como a forte tendência permanente de um se sobrepor ao outro.

Stiglitz (2002), em sua obra “Globalização: a grande desilusão”, afirmou que a globalização apesar do seus pontos positivos no que corresponde a rápida troca de informações e conhecimentos em circulação entre os povos, ela não constitui um meio igualitário de concorrência no mercado global, prejudicando os países mais frágeis, beneficiando os mais industrializados pela concorrência desleal no quesito comercial e econômico protagonizada pelas instituições financeiras internacionais com suas medidas e políticas de assistência cuja “receita ideológica da teoria do estado mínimo assim como os parâmetros políticos de consenso de Washington” (MILANI, 2014, p. 42).

Essa concorrência de certa forma é injusta, por colocar o mesmo critério aos países desiguais, pelas discrepâncias econômicas, de infraestruturas e de tecnologias de ponta, em alguns casos os países menos industrializados sofrem com a sobre-elevação de taxas e barreiras alfandegárias ao tentarem exportar seus produtos para países desenvolvidos.

Até lá, Stiglitz (2002) responsabiliza o consenso de Washington, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial pelo fracasso de suas políticas, principalmente, prestada aos países em via de desenvolvimento, políticas estas evidenciada pela liberalização do mercado de capitais, ênfase nas exportações, redução do investimento público, uniformidade de receitas (...) caracterizada pela relação de verticalidade e da imposição dos doadores sobre os receptores de ajuda, a relação na cooperação internacional para o desenvolvimento entre Norte e Sul. Além de baseada em interesses e estratégias referidas, demandam políticas de austeridade fiscal e orçamentaria, a privatização, a abertura do mercado e alta taxa de juros, deixando de lado o nível de pobreza dos países subdesenvolvidos cuja situação é degradante, saindo de situação de exploração extrema causada pelo fenômeno da colonização.

Estes países sofrem com falta de recursos humanos, as bases estruturais e sociais frágeis, a insegurança, a educação e formação superior, a fome, a instabilidade política, doença, dificilmente estes saberiam lidar com transferência direta de medidas e condicionalidades impostas pelo ocidente e suas instituições, principalmente a redução da ação estatal, ou seja, do tamanho do estado. Também se percebe que há uma ausência dos indicadores que medem os efeitos práticos desta cooperação e os estados receptores do Sul preocupados com o cumprimento das condicionalidades impostas, acabam muitas das vezes esquecendo ou deixando de lado a responsabilidade na adoção de medidas internas necessárias para resolução das mais básicas necessidades dos seus cidadãos que são profundamente afetados pelos fatores como o desemprego, a pobreza, a desigualdade, a insegurança e entre outros.

Essas formas e medidas impostas pelas instituições acima referidas sofreu sérias críticas pela sua ineficiência e ineficácia no que tange a obtenção dos resultados em consequência de sua implementação em vários países. Desde a década de 90, as políticas econômicas neoliberais constituem um assunto em debate e de críticas por se apresentar talvez como um único caminho e instrumento de desenvolvimento imposto aos países do Sul (AYLLÓN, 2006). Em função desses debates e críticas surge uma mudança muito perceptível com relação a estas medidas, houve uma forte queda experimentada pela Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD), 30% menos em termos reais entre 1992 e 1998, esta queda resulta do entendimento que os países em desenvolvimento tiveram sobre os riscos dessa ajuda constatou (AYLLÓN, 2006).

A partir do ano 2000, o modelo econômico neoliberal, conhecido como “consenso de Washington” começou a declinar, os países emergentes viam com outro olhar o processo de desenvolvimento, não mais apenas nas perspectivas neoliberais em consequência desses debates e da tomada de consciência de que a cooperação Norte e Sul e suas barganhas não seriam mais uma única fórmula para desenvolver, todavia, “foi surgindo um novo consenso internacional sobre desenvolvimento” (AYLLON, 2006, p. 13).

A luta contra a pobreza e o desenvolvimento social, em virtude de várias discussões sobre a nova forma de encarar o processo do desenvolvimento e como as premissas desse novo consenso, teve como resultado o estabelecimento das políticas chamadas de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), adotados pela Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2000 por meio da “Declaração do Milênio”, assinada por 189 países, incluindo 147 Chefes de Estado e de Governo, defende AYLLON (2006).

Sem prejuízo, a declaração de milênio comporta oito objetivos do desenvolvimento do milênio e dezoito metas cujos os indicadores estabelecidos são claros, e são objetivos a serem atingido até 2015 (ONU, 2000). Outrossim, boa parte das agências de cooperação ocidental adotaram como medidas os objetivos do desenvolvimento do milênio, em alternativa de Ajuda ao Desenvolvimento Econômico que aconteceu em maio de 1996, comprometidos em resolver problemas, tendo como pressuposto a agenda do milênio.

Segundo Ayllón (2006) “finalmente, os objetivos do Milênio se tornaram um compromisso global por meio da Declaração do Milênio da Assembleia Geral das Nações Unidas de setembro de 2000”. Por conseguinte, a cooperação talvez não seria mais galgada por meio de mesmo molde, tornara assim possível quantificar os resultados pela definição dos indicadores e metas, que a forma tradicional de cooperar para desenvolver estabelecida pelo Norte não comportava.

Finalmente, espera-se que os Estados do Sul pela abrangência da necessidade e no entendimento que chegaram e pela necessidade de redução de assimetria e críticas feitas ao longo do processo da cooperação Norte e Sul encontrem definitivamente as soluções efetivas para resolução dos seus problemas, não dispensar a cooperação com o norte, mas que seja com base em políticas bem definidas baseados nas reais necessidades dos Estados e que resolva problemas locais. Que não seja pela imposição e nem movida de interesses obscuros que sempre caracterizam a cooperação Norte-Sul, definindo interesses claros e que geram produto para ambas as partes.

2.2 Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) Sul-Sul

Para melhor compreensão do projeto UNILAB e a cooperação entre o Brasil e os países parceiros da CPLP, faz-se necessário debruçar sobre a cooperação Sul- Sul “que em linhas gerais envolve a troca de expertise em campos estratégicos do desenvolvimento” (RIZZO, 2019, p.8). Configura como o fio condutor à implementação de projeto UNILAB do Estado brasileiro, sendo resultado da parceria técnica e do ensino superior tida como uma das prioridades e princípios no âmbito da cooperação Sul-Sul (ABC, 2019). A Conferência de Bandung, em 1955, segundo Rizzo (2019), constitui um marco histórico na Cooperação Sul-Sul na qual ficou assim estabelecida a sua orientação com base nos princípios de que países asiáticos e africanos, muitos deles recém-independentes, reuniram-se para alicerçar uma cooperação entre os países do Sul frente ao poder do Norte em defesa da imposição constante e viciada de políticas, de estratégias e na luta pela redução das assimetrias existentes.

Inspirados pelos princípios do respeito aos direitos fundamentais, à soberania e à integridade territorial de todas as nações; a igualdade de todas as raças e de todas as nações; não-intervenção e não-ingerência em assuntos internos; promoção do interesse e da cooperação recíproca; e respeito pela justiça e pelas obrigações internacionais” (MUÑOZ, 2017, p. 394).

Os países do Sul com o sentimento de afirmação e de sentirem fortes face aos desafios do desenvolvimento iniciaram assim as concertações por meios de reuniões frequentes, tais como, de movimento dos não alinhados, o seu surgimento, promoveu a reflexão notadamente política, de contestação a partir dos países periféricos no contexto polarizado da Guerra Fria, na tomada de consciência sobre a necessidade emancipatória e de suas autonomias, adotando um novo engenho de cooperação para o desenvolvimento preocupado com a forma como a disputa de blocos se desenhava e o risco iminente que este representava aos países frágeis e periféricos, assim como a relação de cooperação entre Norte e Sul. Em 1978 o Plano de Ação de Buenos Aires teve como destaque a modalidade específica que é a cooperação técnica entre

países para o desenvolvimento (RIZZO, 2019). Porém, surgiu como alternativa em adoção de políticas e de estratégias técnicas adotadas pelos países em via do desenvolvimento de cooperarem entre si e desenvolver, não obstante, não sendo como a substituição da cooperação Norte-Sul “tendo em vista que os países do Sul ainda demandam cooperação com Norte” (RIZZO, 2019, p. 9). Ou seja, como possibilidade de relação entre Estados com poucas assimetrias, numa relação baseada em horizontalidade entre os Estados cooperados do Sul, regida pelo princípio da solidariedade entre os povos e nações do Sul em via do desenvolvimento (MILANI; CARVALHO, 2012).

Milani e Carvalho (2012) afirmam que durante muito tempo cooperar para o desenvolver foi considerado sinônimo de transferência direta de práticas e tecnologias com base em modelos desenvolvimentistas e, sobretudo, ocidentais. Não obstante, esse modelo de cooperação baseada em transferências direta de práticas e da imposição de condicionalidades não leva em consideração as estruturas sociais, e realidades locais dos países receptores a aplicação de método padronizado de ajuda externa para realidades relativamente distintas, constitui um meio ineficiente na medida em que o Estado como organização responsável pela garantia do bem estar do seus cidadãos e do progresso econômico e social acaba não conseguindo atender e nem resolver os problemas viventes.

As reais demandas destes países muitas das vezes não são resolvidas pela incompatibilidade e pela padronização de políticas aplicada à todos os Estados, outrossim, a maior parte das políticas e de exigências impostas pelos países doadores tradicionais no ato de assinatura do acordo de cooperação ao invés de servir como instrumento de melhoria das condições econômicas, políticas e sociais a estes países, agrava ainda mais suas situações, os problemas como o nível de pobreza, o desemprego, a agricultura, a educação, a economia, a segurança entre outras, são variáveis que muitas das vezes são deixadas de lado, talvez se fossem lavados em consideração a cooperação com Norte poderia gerar produto. A não preocupação com estas variáveis, dificilmente os resultados seriam positivos.

Por outro lado, apenas interessa-os atender suas estratégias geopolíticas por vezes esconso pelos inúmeros projetos que demandam a aquisição de equipamentos, tecnologias e serviços dos próprios Estados doadores ocidentais, a mobilização quase exclusiva de suas especialistas, o cumprimento de uma série de medidas e condicionalidades estruturais, políticas e econômicas, estas medidas não conseguem em maioria dos casos resolver problemas conjunturais que os países receptores enfrentam, acastela (MILANI; CARVALNHO 2012).

O desenvolvimento dos países do Sul encontrava-se ligado umbilicalmente à estratégia de êxito econômico, definido segundo a ética do mercado e os padrões neoliberais

(desestatização) da economia, desregulamentação financeira, abertura de mercado e internacionalização de comércio. Com adoção destas políticas neoliberais, muitos países em via de desenvolvimento não são suficientemente capazes de resolverem seus problemas estruturais devido a incompatibilidade destas medidas e políticas com a realidade e problemas que estes países enfrentam, no entanto, seus efeitos práticos não se fazem sentir. (MILANI; CARVALHO, 2012).

Na década de 1960, vários países africanos tornaram-se independentes, com isso, muitos enfrentaram recorrentes problemas estruturais de várias ordens, tais como: problemas econômicos, problemas com a gestão da coisa pública, com a democracia, com a educação, de recursos humanos com qualificação necessária aos desafios que o processo do desenvolvimento demanda e entre outros. Não obstante, havia necessidade de encontrar método para suprir estas necessidades por intermédio de cooperação entre os Estados do Sul para assim elucidarem problemas recorrentes em quase todos os níveis, e conseqüentemente alvejar o desenvolvimento aspirado. Em consequência desse desejo, os países em via do desenvolvimento, para superarem o subdesenvolvimento, foram obrigados a se manterem em constante concertação na tentativa de encontrar mecanismos estratégicos para responderem os problemas recorrentes. Em 2000, os Estados cooperados do Sul mediante a cooperação Sul-Sul renovaram suas promessas em defender uma visão nova do desenvolvimento a partir das suas realidades, África do Sul, Brasil, China, Índia e Turquia sendo países cuja situação é de uma economia emergente e ao deixarem de ser apenas países receptores, passaram a configurar-se como doadores de ajuda pelas suas ascensões em arena internacional, começaram a entender e defender que o desenvolvimento não seria mais pensado exclusivamente na perspectiva ocidental nem de uma visão liberal da ordem internacional, asseguram (MILANI; CARVALHO, 2012).

O desenvolvimento dos países do Sul deve sim ser pensado com base nas idiossincrasias de cada Estado, levando em consideração as realidades locais e estruturais, adotando políticas públicas cujo mecanismos que atendem anseios e desejos dos seus cidadãos, mediante a ajuda recíproca, ou seja, de via da mão dupla necessárias em setores estratégicos através de cooperação técnica, de transferências de práticas e tecnologias de sucesso (ABC, 2019). “O papel do Estado e as coalizões entre países do Sul passaram a reforçar a horizontalidade no desenvolvimento de programas de cooperação” Milani; Carvalho (2012, p.15). O caráter horizontal estabelecido pela cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento, criou condições para que os países tratassem e se relacionassem de forma igual, apesar de uns são economicamente mais fortes, outros nem tanto, mas, sem a imposição de certas práticas, de condicionalidades e critérios outrora impostos pelas entidades financeiras globais (FMI, BM, OMC e C.W.) com as

suas políticas e critérios de empréstimos com alta taxa de juros, deixando os países receptores mais endividados, e cada vez mais pobres e dependentes, forçando-os a recorrer cada vez mais a essas instituições contraindo empréstimos para assim suprirem suas necessidades e resolverem seus problemas na maioria dos casos que se tornaram constantes.

A cooperação Sul-Sul, em teoria, procura distanciar de políticas e critérios baseados na verticalidade de relação, a forma adotada por estes países procura talvez ir de encontro das reais necessidades dos países subdesenvolvidos. Para Milani e Carvalho (2012), a cooperação Sul-Sul parte do princípio de que países em desenvolvimento podem cooperar uns aos outros a fim de garantir reformas políticas da governança global (FMI, Banco Mundial, ONU) e resolver problemas econômicos e sociais com base em identidades compartilhadas (ex-colônias, status econômico, experiência histórica, etc.). Também podem através dos esforços comumente acionados oporem ao viés estabelecido pelo ocidente no que diz respeito ao progresso econômico e geopolítica para o desenvolvimento.

Apesar de serem os países mais fortes na (CSS), a África do Sul, Brasil, China, Índia fazem esforços em distanciar suas políticas de cooperação com as políticas de cooperação do Norte. Narlikar (2010) apud Milani; Carvalho (2012) defendem que estes também agem de acordo com os seus próprios interesses, em alguns casos, relacionados à obtenção de recursos energéticos, à produção de bens agrícolas, ao aumento de “soft power” no cenário internacional e na busca pelo acento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Perante a visão de Milani e Carvalho, podemos afirmar que em qualquer molde de cooperação sempre há contrapartida, desde que ambos se sintam satisfeitos mediante o acordo firmado, em oferecer o que tem, dar a outro do que necessita. A cooperação Norte e Sul teve variados efeitos prejudiciais aos países do Sul, motivo pelo qual sofreu várias críticas como havíamos referido acima, haja vista que não conseguiu resolver os reais problemas que os países receptores enfrentam. Outrossim, a cooperação Sul-Sul apesar de ser munido de interesses, mas sempre procurou e ainda procura atender as demandas locais através de cooperação técnica, por meio de transferências de práticas e de tecnologias que deram certo em um Estado para outro Estado,

2.2.1 Conceitos básicos sobre a cooperação sul- sul

Dada a importância e influência que a cooperação Sul-Sul tem exercido a nível global, muitos autores internacionais têm reconhecido os esforços procedentes no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) através de suas políticas e estratégias imprimidas para assim se afirmar e conseqüentemente reinventar uma nova fórmula de cooperar. As Nações Unidas, por exemplo, definem a Cooperação Sul-Sul como sendo:

Uma cooperação técnica entre países em desenvolvimento no Sul Global. É uma ferramenta usada por estados, organizações internacionais, acadêmicos, sociedade civil e setor privado para colaborar e compartilhar conhecimento, habilidades e iniciativas de sucesso em áreas específicas, como desenvolvimento agrícola, direitos humanos, urbanização, saúde, mudança climática etc. (ONU, 2019).

Agência Brasileira de Cooperação (ABC), entidade ligada diretamente ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, trata a cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento a partir de sua dimensão técnica, centrada no fortalecimento institucional de parceiros, condição fundamental para que a transferência e a absorção dos conhecimentos sejam efetivas. A cooperação técnica pretende compartilhar êxitos e melhores práticas nas áreas demandadas pelos países parceiros no qual estas transferências consistem em transferir experiências que deram certo para outros países e conseqüentemente absorver experiências de outros parceiros em via de desenvolvimento que também deram certo, para que juntos atinjam o desenvolvimento.

O Brasil constituiu um dos autores bastante solicitado no âmbito da cooperação Sul-Sul, ele mantém relações de cooperação técnica com a América Latina, Caribe e África, tem projetos em execução em cinquenta e oito (58) países parceiros, duzentas e trinta e seis (236) projetos desde 2008 (ABC, 2012). No que concerne ao desenvolvimento através das parcerias e adoção de políticas públicas efetivas entre os países do Sul global, em consequência disto, e através da cooperação bilaterais, o Brasil concentra o seu foco, segundo ABC, nas áreas tidas como prioridades dos países parceiros, como, por exemplo: agricultura, segurança alimentar, formação profissional, educação, justiça, esporte, saúde, meio ambiente, tecnologia da informação, prevenção de acidente de trabalho, desenvolvimento urbano, biocombustível, transporte aéreo e turismo. Outras áreas como cultura, comércio exterior e direitos humanos estão contempladas em projetos e atividades de concepção mais recente (ABC, 2012).

Para ABC (2012), os projetos de cooperação técnica revelam-se eficientes promotores do desenvolvimento social, com a disposição e vontade política é possível realizar atividades de importante valor socioeconômico cuja relevância e efeitos fazem sentir como os projetos em decorrência que, de certo modo, a sua efetividade contribuirá para o desenvolvimento dos países parceiros em via do desenvolvimento. O governo brasileiro, segundo a Agência Brasileira de Cooperação, tem tido como prioridade a cooperação com os países de expressão em língua portuguesa, tais como: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São-Tomé e Príncipe e Timor Leste, pelos laços históricos, culturais e de amizade entre povos da lusofonia. Tem sido desenvolvido ao longo do tempo vários projetos nestes países no qual, 53,5% dos

recursos são dedicados à agência de África, Ásia e Oceania, 37,6% do total dos recursos executados na agência são direcionados aos países lusófonos (ABC, 2012).

A transferência de programas e implementação de projetos sociais que no Brasil deram certo, a estes países constituem sem dúvida uma vantagem de aprimoramento e de troca de experiência e, sobretudo, é uma das premissas básicas da cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento, os resultados tendem a ser práticos e efetivos pelo menos é um diferenciado em relação a cooperação com o Norte.

Segue, abaixo, o quadro do contexto histórico e do surgimento da Cooperação Norte e Sul e suas políticas de cooperação entre os países do Sul e suas idiossincrasias:

	Cooperação Norte-Sul	Cooperação Sul-Sul
Marco geopolítico de Surgimento	Guerra fria (1940-50s) Etapa de bipolarismo rígido	Guerra fria (1960s) Etapa de bipolarismo flexível
Lógica do surgimento	Disputa Leste-Oeste	Terceiro mundista- “consciência do sul”
Definição Adotada	Ajuda oficial ao desenvolvimento (OCDE, 1969)	Sem consenso, mas prevalece a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD)
Composição Majoritária	Subvenções	Assistência Técnica
Atores que Promovem	Países desenvolvidos de CAD/OCDE	Países em desenvolvimento, principalmente emergentes
Agenda Política	Manutenção da Ordem Internacional	Reforma da ordem internacional e do sistema econômico mundial

Quadro 1: Marco Histórico do Surgimento de Cooperação Norte- Sul e Sul-Sul e suas motivações políticas.

Fonte: Piseta, (2019), apud Lengyel e Malacalza.

As motivações políticas sobre o marco histórico do seguimento de cooperação Norte e Sul referida no quadro1 resumidamente expõe a lógica dos dois moldes de cooperar. No entanto, a cooperação no âmbito Sul-Sul ainda enfrenta enormes desafios, mediante a consciência emancipatória, apelar sobre as reformas da ordem e do sistema econômico global e a redução de assimetria continua sendo necessária.

2.2.2 Críticas apontadas aos países cooperados do Sul

O processo do desenvolvimento requer algo muito mais que a cooperação, como temos observado ao longo da pesquisa, os países subdesenvolvidos na maioria dos casos ainda

deparam com graves problemas da desigualdade socioeconômica, da má gestão da coisa pública, da má distribuição de renda e dos recursos nelas existentes, a dependência incessante e viciada em ajuda externa, boa parcela de população destes países ainda vive em pobreza extrema. Ao discorrer sobre as desigualdade e dependência recorrentes dos estados do Sul, especificamente os da África subsaariana, a classe política, ou seja, a elite política, no caso as minorias dominantes, sabem tirar proveito da situação (MUÑOZ, 2017). A estes não interessam solucionar os problemas da sociedade, há uma certa disfunção do aparato do estado por estes ainda entender que vivem o modelo patrimonialista, ou seja, fazem o uso do bem público como suas propriedades. Essa dependência, segundo Muñoz (2017), é administrada em benefício das elites e permite que determinados atores internos aumentem seu poder por meio de apropriação e da acumulação indevida de recursos, ao mesmo tempo, gerar mais desigualdade social e consequentemente estes ficam agarrados ao poder por décadas.

Acemoglu e Robinson (2012), na obra “ Por que as Nações Fracassam”, defendem que a maior parte dos Estados que sofreram a colonização, isto é, os Estados do Sul, continuam sob modelo das instituições políticas e econômicas extrativistas deixado pelo colonizador que apenas serve de expropriação dos recursos internos para sua exportação sem a mínima inquietude de criar meios para sua transformação local, agregando valor a estes produtos, gerando o emprego e ajudar no crescimento de suas economias, como resultado a tradução desse crescimento econômico no desenvolvimento econômico, ainda assim, este modelo, incentiva a concentração do poder nas mãos da minoria das elites dominantes, não aceitam as mudanças e as inovações tecnológicas, não incentivam e nem garantem segurança à propriedade privada, garantias essas que dão suporte aos indivíduos que querem investir e se assim o fizerem, não correrão risco de verem seus patrimônios expatriados. “O modelo extrativista fortalece o sistema de dominação das elites em conivência com atores privados estrangeiros e não só, que têm feito presentes no continente africano exclusivamente com fins de lucro” (BAYART, 2011, p. 54 apud MUÑOZ, 2017).

Não obstante, ainda segundo Acemoglu e Robinson, os Estados pós-coloniais deveriam fazer reformas das suas instituições políticas e econômicas, adotando o modelo de instituições políticas e econômicas inclusivas, este modelo promove direitos iguais aos seus cidadãos, possibilita e estimula a participação da grande massa da população em atividade econômica, permite os indivíduos fazerem suas escolhas, incentiva a iniciativa privada, propenso a mudanças assim como a inovação tecnológica.

Por outro lado, “o status de país em desenvolvimento e não desenvolvido é defendido pelos países do Sul, mesmo os de economia mais pujante, no intuito de manter as possibilidades

de cooperação com o Norte” (SOUZA et al, 2014 apud RIZZO, 2019, p. 9). Destarte, no que tange ao processo de avaliação e dos desafios políticos da cooperação entre países do Sul, pretende-se aqui relatar algumas incongruências e as críticas que se fazem no plano doméstico aos países do Sul que são pela:

- Ausência de estratégias de cooperação, (o que resulta em práticas difusas dificultando a avaliação);
- Limitações impostas pela própria natureza da cooperação, como não incorrer em problemas de ingerência ao se avaliar um projeto em um país parceiro;
- Falta de recursos para a avaliação; e, em alguns casos, até a falta de interesse em avaliar a cooperação” afirma RIZZO, (2019, p. 15).

Por outro lado, já a nível global no que se refere ao método comum de avaliação, os desafios se apresentam em duas direções:

- A dificuldade de estabelecer consensos entre perspectivas distintas da cooperação;
- As próprias disputas políticas por espaços de governança em nível global também são observadas no âmbito da avaliação. (RIZZO, 2019, p. 15).

Nesse sentido, torna menos importante a diferença existente no que se refere à prioridade de cooperar, os países do Sul são condenados a encontrar sempre que se julgue necessário o consenso, para juntos superarem diferenças, é de imperiosa importância se apoiarem a nível global, não transformando em adversários no campo de concerto de nações, o que coloca em causa os objetivos comuns. Também há uma necessidade indispensável de muitos Estados africanos, asiáticos, assim como os latino-americanos de efetuarem reformas estruturais e administrativas, adotando um novo modelo de instituição política e econômica inclusivas, principalmente os Estados pós-coloniais, levando em consideração a necessidade de cada um, fazendo ruptura com a forma com que as elites políticas (minoría dominante) estão a usufruir dos recursos do Estados em detrimento da maioria.

3. Brasil e CPLP: a Integração e Internacionalização universitária

“O processo de internacionalização da educação superior se intensificou a partir dos anos de 1990, do século XX, no então chamado sistema neoliberal, porém, a educação superior passou a configurar-se como um produto controlado pela organização Mundial do comércio” (BEZERRA, 2017, p. 3). No Brasil, a educação superior ao longo do tempo vem sendo uma preocupação do Estado brasileiro no que toca a sua transformação e dimensão, não sendo uma preocupação apenas de criar infraestruturas, aumentar campus, criar novos cursos, de torná-la acessível aos cidadãos, configura-se como uma estratégia política de formar acadêmicos com um olhar global sobre a realidade econômica, política, social e cultural do mundo. Sendo assim, o governo adotou uma política de educação superior mais integrada e internacional. Toda essa

política voltada a educação superior se intensificou com o governo de Luís Inácio Lula da Silva, de tornar a educação interiorizada, integrada e internacional (GOMES; VIEIRA, 2013). Com este propósito e segundo Bezerra (2017, p. 2), nos “últimos vinte anos, essas transformações têm se acentuado, principalmente, quando se observa a dimensão que a educação superior alcança em escala planetária” e todo esse processo de (re) lançar a educação e de compreender o mundo com outras dimensões é chamado de “massificação que consiste por meio de acordo de cooperação técnica, os países contribuírem para o fortalecimento da educação superior, e a partir dela promover desenvolvimento econômico e social” (BEZERRA, 2017, p. 2).

A massificação vem contribuindo para o surgimento de um novo modelo de educação superior, àquela que é internacional, onde acadêmicos compartilham conhecimentos já definidos ou criam novos conhecimentos com base na mobilidade e intercâmbio, que ora acontece em escala planetária, entre países desenvolvidos e/ou subdesenvolvidos (BEZERRA, p. 2).

Nesse contexto, e na perspectiva de tornar o conhecimento autónomo e independente, além de ser integrado e internacional, a Europa impulsionava no seu continente a criação de espaço comum privilegiado e integrado da educação superior a denominada Espaço Europeu do Ensino Superior (EEES), criada formalmente a partir de 2010. Esse espaço por meio dos seus programas e subprogramas educacionais tais como: Sócrates, Erasmus, Erasmus Mundus, Comenius, Alfa, Alfa Tuning entre outros, contribuíram e ainda continuam contribuindo, para um ideal de integração do ensino, pressupondo inteligibilidade, mútuo reconhecimento, comparabilidade, competitividade, mobilidade, cooperação, aproveitamento de créditos e formação continuada (PEREIRA; PASSOS, 2017).

O processo de Bolonha foi de capital importância para a integração europeia no âmbito educacional, teve seus antecedentes segundo a qual:

Não aconteceu de uma vez, nem foi implementado de cima para baixo e nem pelo poder de instrumento com força legal, foram muitos e variados encontros e conferências desde a década de 1950, na conferência de Messina, ocorrida de 1 e 3 de junho de 1955, que objetivou relançar o processo de integração europeia. Quatro anos depois, em setembro de 1959, em Dijon na conferência Europeia de Reitores estabeleceu assim recomendações para um comitê europeu de universidades que debatia assim questões atinentes à uma universidade europeia” (CONSELHO DA EUROPA, 1960 apud PEREIRA; PASSOS, 2017, p. 177).

Não obstante, não é de agora que surgiu a preocupação de tornar a educação superior integrado e internacional no mundo. No Brasil, “a integração educacional inicia-se com a assinatura do Protocolo de Intenções, em 13 de dezembro de 1991, na cidade de Brasília, pelos Ministros da educação dos países integrados ao bloco regional” (SANTOS; DONINI, 2010 apud BEZERRA, 2017, p. 7). Como uma nova tendência de construção de conhecimento e de conhecimento em circulação no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) bloco regional

composto por países como: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai; para estes países, principalmente Brasil e Argentina “estão numa escala para além do território do cone Sul, pode-se dizer que esses países constroem uma internacionalização de educação superior transoceânica, ao se analisar os acordos bilaterais com países europeus, asiáticos e africanos”(BEZERRA, 2017, p. 2). Em resultado de preocupação e de compreender a importância da internacionalização universitária e de conhecimento em circulação, o Brasil tem como parte da sua política educacional uma educação internacionalizada e por meio de cooperação técnica do ensino superior criou:

Programas destinados a apoiar estudantes de países latino-americanos e do continente africano em cursos de graduação (Programa de Estudantes-Convênio de Graduação-PEC-G) e de mestrado e doutorado em IES do país (Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação-PEC-PG). Esses programas são uma resposta a impulsos da política externa do país de aproximação com os países dessas duas regiões (NEVES; MARTINS, 2016, p. 116).

Além disso, o Brasil tem duas Universidades em seu território, fora dos programas supracitados, com o mesmo propósito de impulsionar a internacionalização da educação superior de forma mais sólida e integrada. Nessas universidades, e mediante o critério específico, os estudantes dos países parceiros são selecionados, no qual uma é voltada para aos países latino-americanos, a Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA), localizada na cidade de Foz do Iguaçu, estado do Paraná, Sul do Brasil, na tríplice fronteira (Brasil/Paraguai/Argentina), em conformidade com o projeto lei nº 12.189, no dia 12 de janeiro de 2010, sancionada pelo presidente Lula, cria a UNILA. Essa universidade promoverá o intercâmbio acadêmico e a cooperação solidária com os países que integram o MERCOSUL e com os demais países da América Latina, é uma Universidade de caráter internacional, sendo que 50% dos alunos e docentes são brasileiros e os outros 50% são provenientes de outros países da América Latina. Um dos objetivos é formar recursos humanos aptos a contribuir para a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no MERCOSUL. Sendo um novo modelo de Universidade, a UNILA promoverá a integração regional e proporcionará ao espaço brasileiro participar da internacionalização da educação superior (UNILA, 2019). A outra universidade é voltada para os países parceiros da CPLP, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), localizada na cidade de Redenção, Estado do Ceará, nordeste brasileiro, criada pela lei nº 12.289 de julho de 2010, e conta com um outro campus no Estado da Bahia, cidade do São Francisco do Conde. No seu estatuto, artigo 2º, está definido o objetivo de ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão

institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor Leste da Ásia, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.

A cooperação internacional pelo intercâmbio acadêmico e solidário com países membros da CPLP, especialmente os países africanos em expressão portuguesa, baseia na composição do corpo docente e discente, sendo que 50% dos alunos e docentes são brasileiros e os outros 50% são provenientes de países parceiros do Brasil tida como característica de sua atuação (UNILAB, 2019).

A UNILAB também constitui um cenário de processo de integração e de internacionalização da educação superior em território brasileiro, na qual configura como o objeto de estudo e de análise no que tange ao seu processo e ações de integração internacional para consolidação da missão institucional.

Para Bezerra (2017, p. 4), “a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a qual se fortalece com a criação da Universidade da Integração Internacional Lusofonia Afro-Brasileira”, depende muito das ações desenvolvidas pela UNILAB enquanto espaço de conserto de nação, suas políticas e estratégias educacionais construídas com bases sólidas, o tornará o centro das atenções dos países que a compõem, além de conhecimento produzido e em circulação neste espaço, servirá como suporte aos demais desafios advindos. “A internacionalização é, no momento atual, elemento essencial para se analisar e comparar o desenvolvimento da educação superior no MERCOSUL” (BEZERRA, 2017, p. 3). Partindo desse pressuposto, o governo brasileiro adotou essa estratégia política criando assim o fluxo de conhecimentos entre países parceiros com objetivo acentuado na capacidade de autodesenvolvimento das nações (BEZERRA, 2017). “A internacionalização está estritamente vinculada ao processo de integração, uma integração plena se dá não somente pela via econômica, mas também pela via política, social e cultural” (DEUTSCH, 1990, p.10 apud BEZERRA 2017, p. 6). Os países por meio de blocos em resultado desse entendimento e do valor social, econômico e cultural que a educação pode gerar ao torná-lo integrado e internacional, começaram a fazer movimentos positivos por meio de parcerias técnicas e do ensino superior. Para garantir a efetividade e colocar a integração internacional em plano no âmbito da educação superior:

“O governo federal através de parcerias entre os Ministérios da Educação (MEC), Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal

de Nível Superior (Capes), lançou o programa ciência sem fronteiras, o qual garantirá o intercâmbio e a mobilidade internacional de alunos de graduação e pós-graduação” (BEZERRA, 2017, p. 9).

No entanto, para melhor compreensão desse processo de internacionalização e integração, vale ressaltar de que não se pode internacionalizar a educação sem que haja uma mobilidade acadêmica de estudantes, docentes, técnicos administrativos vinculados as instituições receptoras dos estudantes assim como as instituições dos países parceiros.

Para Morosini (2005, p. 2) entende que “a internacionalização é marca das relações entre as universidades”. A consolidação das parcerias e os convênios assinados entre a UNILAB e os países parceiros com a sua efetividade em consequência do rompimento de barreiras físicas, transferência de conhecimentos, contribuirá no aprimoramento do conhecimento, fomenta a internacionalização não apenas de conhecimento tanto quanto de valor cultural maior, levando em consideração a diversidade cultural dos povos. Maior parte dos países presente na UNILAB, inclusive os da África Lusófona, recorrem às instituições estrangeiras para que estes prestassem serviços de consultoria em diversas áreas. A Universidade com potencialidade que tem, a presença de vários países em um só espaço de produção e de disseminação de conhecimento, com a flexibilidade de grades curriculares, criar projetos de pesquisas que envolverá os estudantes, professores, servidores técnicos poderiam suprir esta demanda nos países parceiros. Não seria necessário, despender recursos avultados com a contratação das empresas internacionais para este fim, a UNILAB poderia prestar o serviço a baixo custo sendo país parceiro.

Segundo Morosini (2006), o termo internacionalização da educação superior é um conceito complexo, pois abrange uma diversidade de termos relacionados e baseados em diversas considerações, tais como:

1) **Dimensão internacional**, presente desde o início do século XX, caracterizada por ser uma fase incidental mais do que organizada;

2) **Educação internacional**, atividade organizada prevalente nos Estados Unidos, entre a segunda guerra mundial e o término da guerra fria, preferentemente por razões políticas e de segurança nacional;

3) **Internacionalização da educação superior**, posterior à guerra fria e com características de um processo estratégico ligado à globalização e à regionalização das sociedades e seu impacto na educação superior.

Nas duas primeiras considerações, o processo de internacionalização aconteceu de forma incidental pela ausência de estratégias políticas organizada, os estudantes saíam de uma

universidade seja ela pública ou privada e realizavam visitas em outras instituições de ensino, distantes de suas localidades nacionais. Dessa forma, na época, as Universidades como as de Bolonha, de Paris, de Oxford entre outras eram consideradas como verdadeiras comunidades internacionais. Os objetivos eram a busca do conhecimento, de encontro com as outras realidades e novos conhecimentos, ao passo que na terceira consideração, a preocupação é tornar a educação superior internacionalizada, por meio de cooperação internacional definida com base nas estratégias políticas e cooperação técnica do ensino superior entre os Estados cooperados (MOSORINI, 2006).

Bartell (2003) apud Morosini (2006, p. 115) “conceitua a Internacionalização como trocas internacionais relacionadas à educação e a globalização como uma avançada fase no processo que envolve a internacionalização. “Outrossim, existem diferentes definições para o termo internacionalização quando se trata da educação, mas para o autor realizar a internacionalização é:

Presença de estrangeiros e estudantes-convênios num determinado campus; número e magnitude de concessões de pesquisa internacional; projetos de pesquisa internacionais cooperativados; associações internacionais envolvendo consultoria para universidades estrangeiras e outras instituições; setores de universidades privadas com metas internacionais; cooperação internacional e colaboração entre escolas, conselhos e faculdades na universidade; e o grau de imersão internacional no currículo, entre outros. (MOROSINI, 2006, p. 116).

A internacionalização universitária é definida como “o processo que integra uma dimensão global, intercultural e internacional nos objetivos, funções e oferta da educação pós-secundária” (KNIGHT, 2004. p. 11 apud MOROSINI, 2006, p. 117).

A UNILAB abrange esse entendimento baseada na interculturalidade e internacionalização nos seus objetivos, a sua criação coincidindo com ciclo expansionista, de instituições internacionalizada, sendo uma universidade que nasceu com essa perspectiva, a sua estratégia de internacionalização definida como um dos seus objetivos pode ser fortalecido com base em uma adaptação de grade curriculares internacionalizada, os conteúdos a serem estudados nos cursos existentes devem ser flexibilizados e obedecer as demandas dos países parceiros, harmonização de currículos seria uma estratégia inteligente ao reconhecimento da sua produção no mercado do Sul e não só. Vale lembrar de que “o processo de internacionalização educacional se fortalece com o estabelecimento de acordos bi e multilaterais, estabelecidos com a cooperação internacional. (BEZERRA, 2017, p. 5).

A política de relações institucionais e internacionais da UNILAB parte do princípio de que o conhecimento em circulação na universidade, sem perder de vista a universalidade da própria da ciência, deverá abrir espaço para o livre e amplo intercâmbio de conhecimento e

cultura entre o Brasil e os países de expressão portuguesa em especial os países africanos (GOMES; VIEIRA, 2013). A formação integrada, internacionalizada e responsável dos discentes, docentes, corpo técnico, professores visitantes, pesquisadores envolvidos neste processo, assim como tornar a mobilidade acadêmica uma realidade, colocando assim o conhecimento produzido na UNILAB em circulação, talvez fosse um passo importante na consolidação dessa missão.

3.1 Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Sendo uma comunidade parceira da UNILAB, mereceu a nossa atenção especial no que se refere ao seu envolvimento e pela sua participação efetiva por meio de recursos que, de certo modo, pode contribuir no processo da consolidação da missão institucional universitária.

Situados em quatro continentes, envolvendo oito (8) Estados membros efetivos, Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São-Tomé e Príncipe, Timor Leste e um membro observador, a Guiné Equatorial, que ainda não teve a sua adesão efetivada pela exigência da organização relativamente ao respeito a um dos princípios em relação aos quais a CPLP se rege o da defesa dos Direitos Humanos e da dignidade da pessoa humana, algo que não é compatível com a pena de morte ainda vivente no país, assim como a adoção da Língua Portuguesa como língua oficial do país. Espera-se que com o cumprimento destes pressupostos, este último terá sua adesão efetivada. Englobando mais de duzentos e trinta (230) milhões de pessoas expressando em Língua Portuguesa em todo mundo, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) nasceu com o propósito basilar de unir e ligar os povos que partilham uma língua comum, pelos laços históricos, assim como a visão compartilhada do desenvolvimento e da democracia. Em função desses princípios e por meio de cooperação entre seus Estados membros, reflete como um projeto político que se institucionalizou com objetivo de projetar e consolidar os laços de amizade entre os países de Língua Portuguesa, e de criar maior capacidade de defesa dos seus valores e interesses ao nível global, alinhado sobretudo na defesa de democracia, na promoção do desenvolvimento e na criação de um ambiente internacional mais equilibrado e pacífico (CPLP, 2019).

Em resultados dos encontros, a CPLP foi criada por:

Chefes de estado e do governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São-Tomé e Príncipe, reunidos em Lisboa, aos 17 de julho de 1996, imbuídos de valores perenes a paz, a democracia e do estado de direito, dos direitos humanos, do desenvolvimento e da justiça social; tendo em mente o respeito pela integridade territorial e a não ingerência nos assuntos internos de cada estado membro bem como o direito de cada um estabelecer as formas do seu próprio desenvolvimento político” (MOTA, 2009, p. 26).

Nascia assim uma organização de caráter político importantíssimo, unida pela mesma língua e pela diversidade cultural de alto valor ao envolver os PALOP's do continente africano, Brasil da América, Portugal da Europa e Timor Leste da Ásia cuja adesão foi em 2001, juntos pelas trocas de ideias do desenvolvimento respaldado em laços históricos e pela difusão da língua comum pelo mundo. A CPLP conta com uma estrutura organizacional na qual está dividida de seguinte forma:

1. Conferência dos Chefes de Estados e de Governos;
2. Conselho de Ministros;
3. Comitê de Concertação Permanente;
4. Secretário Executivo e Diretor Geral.

Seu órgão máximo é constituído por Chefes de Estado e/ou de Governo dos estados membros da CPLP em função das reuniões, definem os objetivos, estratégias e políticas gerais da organização. O presidente da organização é eleito em conferência dos chefes de estado e/ou de governo por dois anos, pelos seus membros cujo mandato é rotativo entre os estados membros. O Conselho de Ministro, constituído pelos Ministros de Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores de todos os países membros, cuja função é de coordenar todas as ações da comunidade, implementar políticas e objetivos estabelecidos pela organização assim como a aprovação do orçamento da CPLP, sua presidência é rotativa entre seus estados membros com a duração de um ano. O Comitê de Concertação Permanente tem a função fiscalizadora sobre a atuação do Secretário Executivo e o Diretor Geral pela execução das políticas e recomendações feitas pela Conferência e do Conselho, este órgão reúne-se mensalmente sob coordenação do representante do país que dispõe a presidência do Conselho de Ministros. O Secretário Executivo e Diretor Geral da CPLP é na prática o órgão principal da entidade a qual, cabe a este órgão a implementação das medidas e objetivos estabelecidos pela Conferência, pelo Conselho de Ministros e do Comitê de Concertação Permanente, é o órgão responsável pelas finanças e administração da comunidade (CPLP, 2019).

No que se refere ao suporte financeiro, a CPLP conta com a participação financeira anuais dos seus Estados membros, valor das quotas estabelecidas pelo Conselho de Ministros assim como o fundo especial que pode ser feita através de contribuição voluntária das entidades públicas e privadas (CPLP, 2019).

É orientada pela ideia de cooperação mediante a concertação política e nos domínios econômicos, sociais e culturais entre seus estados membros, desta feita, destaca-se aqui o papel do Secretário Executivo e do Diretor Geral da organização, uma figura de alta personalidade da instituição, responsável pela gestão, eleito para o mandato de dois anos, sendo este rotativo

entre os países, fazendo assim valer as estratégias e políticas definidas pelas decisões da Conferência, do Conselho de Ministros e do Comité de Concertação Permanente. Este segundo, o Diretor Geral, recrutado entre os cidadãos nacionais dos Estados-membros mediante o concurso público, pelo prazo de 3 anos, renovável por igual período sob o comando do Secretário Executivo, a quem compete, a gestão corrente, planeamento e execução financeira, preparação, coordenação e orientação das reuniões e projetos ativados pelo Secretariado (ESTATUTO DA CPLP, 2007). Configura-se nos objetivos gerais segundo estatuto da CPLP o seguinte:

- a) A concertação político-diplomática entre os seus estados membros em matéria de relações internacionais, marcadamente pelo reforço da sua presença nos fora internacional;
- b) A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;
- c) A materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (ESTATUTO DA CPLP, 2007).

As áreas de cooperação são claramente destacadas no artigo 3º da alínea (b) do estatuto da CPLP, a cooperação em todos os domínios entre os estados membros e não só, não obstante, observa-se que ao longo dos últimos anos a organização possuiu vários acordos, protocolos e convênios assinados entre seus estados membros, com a sociedade civil e com outras organizações internacionais, o “estreitar de laços entre a CPLP e diversas entidades intracomunitárias e internacionais dota a organização de novas ferramentas para alcançar os seus objetivos” (CPLP, 2019).

A participação financeira dos países membros sempre foi motivo de várias críticas, o atraso no pagamento das quotas anuais, tornou-se em um problema recorrente, a ausência dos efeitos práticos das políticas definidas pela organização, muita das vezes compromete sobremaneira os objetivos da comunidade. “Há necessidade de se reverem as questões financeiras e econômicas no âmbito da CPLP para que haja a possibilidade de que a atuação em busca de melhorias e de projetos importantes aos objetivos fundamentais da comunidade seja mais efetiva e eficiente” (MOTA, 2009, p. 40).

Não obstante, não é a nossa pretensão fazer uma abordagem exaustiva sobre as áreas de cooperação na CPLP, até porque são várias, sendo que o nosso foco será a discussão no âmbito da cooperação do ensino superior intra CPLP. A consolidação da missão institucional e universitária da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira pode atingir a sua plenitude com o engajamento efetivo da organização através da participação direta

dos estados membros por meio de recursos a serem disponibilizados assim como a parceria com o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). Porém, gostaríamos de destacar o acordo de cooperação entre instituições do ensino superior dos estados membros da CPLP assinada em Lisboa, a 24 e 25 de novembro de 1997, disponível pela consulta no portal eletrônico da comunidade, regida pelos seguintes objetivos:

a) Formação e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores; b) O intercâmbio de informações e experiências; c) O intercâmbio de produções científicas, de documentação especializada e de publicações; d) O planejamento, implementação e desenvolvimento de projetos comuns; e) O conhecimento mútuo dos sistemas de ensino superior (CPLP, 2019).

Na implementação efetiva desse acordo no âmbito do ensino superior entre os estados membros, a UNILAB configura em um espaço estratégico para consolidação dessas políticas e objetivos por congregarem todos os países presentes na organização, o engajamento desses, no que se refere às políticas de intercâmbio e da internacionalização da educação dos países membros a sua efetividade representaria em um maior resultado que se pode esperar da CPLP enquanto organização na vertente educacional e na divulgação da língua como elemento comum.

Conforme Pinto (2011, p. 54) afirma que “a primeira constatação a fazer prende-se com a necessidade da CPLP provavelmente através do IILP investir mais na promoção da Língua Portuguesa ao nível das organizações internacionais, como língua de trabalho ou, preferencialmente, como língua oficial”. Apesar de que a CPLP, através de um fundo especial, está dando suporte ao projeto RIPES, vinculado à Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB, com objetivo de criar e fortalecer a comunicação entre as instituições públicas de educação superior da CPLP, construir uma rede internacional, promovendo ações e intervenções pontuais, não que isso não seja importante, mas a UNILAB tornou-se em um espaço de produção e difusão de conhecimento e do ensino em Língua Portuguesa, de convergência de interesses dos estados lusófonos.

A pretensão da CPLP em difundir e expandir a Língua Portuguesa pelo mundo fora passa necessariamente em adotar uma estratégia conjunta e mais profícua que passa necessariamente em prestar suporte a Universidade no que se refere aos recursos financeiros para pesquisa, ensino, extensão, a fim de alcançar os objetivos comuns. Com isso, não deixar apenas que o governo brasileiro seja o único responsável a disponibilizar os recursos pelo suporte da Universidade, há que ser uma responsabilidade conjunta entre os estados membros

da CPLP se realmente estão preocupados na promoção e na divulgação da Língua Portuguesa no cenário internacional.

Tem-se falado muito da pretensão do Brasil em assumir um acento como membro permanente no conselho da segurança das Nações Unidas, com isso, a internacionalização efetiva da língua e cultura lusófona passa por uma “estratégia lusófona bem definida que permita ao Brasil, aquando da inevitável reformulação do Conselho de Segurança da ONU, um lugar como membro permanente. Se esse desiderato for alcançado, o português tornar-se-á língua oficial da Organização das Nações Unidas” (PINTO, 2011, p. 55). Todavia, isso representa um marco significativo na edificação e na internacionalização efetiva da Língua Portuguesa a nível global e seria uma vantagem não apenas para o Brasil, mas para todos os estados de expressão em Língua Portuguesa tanto no alcance comum do objetivo efetivo da comunidade quanto pela inserção efetiva da língua e cultura lusófona globalmente.

A cidadania lusófona também constitui uma das prioridades da comunidade, baseada em livre circulação de pessoas no espaço da CPLP “tal como estava previsto inicialmente no Tratado de Amizade e Consulta assinado entre Brasil e Portugal na década de 50” (MOTA, 2009, p. 11).

Apesar de ser um documento que antecede a criação da CPLP, traduziu-se em uma ferramenta adotado pela comunidade. A sua efetivação ainda é uma miragem pela organização, a adoção dessa política talvez pode constituir em um mecanismo bastante importante no que tange ao avanço econômico, social e cultural dos estados membros, em consequência, espera-se que as medidas concretas serão acionadas para sua efetivação e que possa resultar no avanço da comunidade de Língua Portuguesa. A presidência atual da comunidade está sob direção de Cabo Verde, um dos países membros, que defende que a intenção de tornar a livre circulação de pessoas e bens no espaço lusófono mediante a criação do estatuto de cidadão lusófono será o ponto principal de sua atuação, espera-se que os estudos que está sendo levado a cabo a respeito da implementação desse projeto seja definitivamente posto em prática. Portugal, um dos países membro, já havia manifestado a sua posição em defender a efetivação da política de mobilidade pela criação do estatuto de cidadão lusófono com base no “interesse de criar uma identidade cooperante” (MOTA, 2009, p. 59).

Finalmente a CPLP com a concertação dos esforços e da vontade política dos seus membros pode sim atender os objetivos estatutários, relançado assim a comunidade no conserto das nações enfrentado os desafios globais, na defesa do bloco e dos interesses individuais e

coletivos dos seus estados membros, espera-se que as políticas definidas sejam postas efetivamente em prática e que não continua sendo apenas conferências e reunião de praxe.

4. PROJ ETO UNILAB

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) é uma Instituição de Ensino Superior (IES) pública federal, com sede administrativa na cidade de Redenção, Estado do Ceará, criada pela Lei n. 12.289, em 20 de julho de 2010. Seu contexto de surgimento e desenvolvimento envolve cooperação, uma dupla perspectiva da política educacional do Estado brasileiro: por um lado ampliar a oferta de cursos superiores em regiões carentes do Brasil, compreendendo assim, o processo de interiorização; em outra vertente, ampliar as relações de cooperação internacional com o viés Sul-Sul, buscando uma maior aproximação com os países africanos em expressão de Língua Portuguesa e Timor Leste, com principais tendências de internacionalizar o ensino superior. (GOMES; VIEIRA, 2013). O estatuto da UNILAB 2019, no capítulo 2 Art.8 defende que a universidade tem como objetivo ministrar ensino superior, através do estudo, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária. Nessa lógica, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos com a elevada qualificação e contribuir na integração internacional promovendo o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional entre o Brasil e os demais países membros da CPLP (ESTATUTO DA UNILAB, 2019).

Cumprindo com este propósito ela se estruturou da seguinte forma:

4.1 A estrutura organizacional e administrativa

A UNILAB é uma universidade com estrutura multicampi, tendo o Campus sediado no Estado do Ceará, com instalações nos municípios do Maciço de Baturité, especialmente, Redenção e Acarape, e Campus no Estado da Bahia, especialmente, instalações no município de São Francisco do Conde (ESTATUTO DA UNILAB, 2019).

Administrativamente, a UNILAB apresenta a seguinte estrutura:

- 1- Reitoria
- 2- Pró- Reitoria de Administração (PROAD);
- 3- Pró- Reitoria de Graduação (PROGRAD);
- 4 -Pró- Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG);
- 5- Pró- Reitoria de Política Afirmativas e Estudantis (PROPAAE);

- 6- Pró- Reitoria de Extensão, Arte e Cultura (PROEX);
- 7- Pró- Reitoria de Relações Institucionais (PROINST);
- 8- Pró- Reitoria de Planejamento (PROPLAN).

O estatuto no seu título (V) versa sobre a comunidade Universitária, na qual o seu Art. 73º mostra que a comunidade universitária é constituída pelo corpo docente, discente e técnico-administrativo em educação, diversificados em suas atribuições e funções, unidos pelos princípios que norteiam as ações da instituição, onde em termos quantitativos: o corpo docente da UNILAB é constituído pelos trezentos e setenta (370) docentes; o corpo técnico administrativo em educação conta com trezentos e trinta e cinco (335) técnicos; assim como os discentes respondem com cinco mil e quatrocentos e dois (5.402) nos cursos de Graduação, novecentos e quarenta (940) estudantes de pós-graduação, dados disponíveis em UNILAB em números acessado em junho (2019). A Universidade pressupõe desenvolver pesquisas, ensino e extensão como formas de impulsionar o crescimento econômico, político, social e cultural entre os Estados, formando cidadãos capazes de multiplicar o aprendizado (UNILAB, 2010).

“Nenhum tema é tão capaz de unir e transformar um país quanto à educação”, ressaltou o então presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva durante a aula magna realizada em Universidade Pedagógica de Maputo-Moçambique (DISCURSO DO LULA, 2010, p. 2). E, em comum acordo com os países parceiros, a ideia de transformar estes países mediante a cooperação internacional, técnica e do ensino superior tornou-se em uma realidade, há uma Universidade no Brasil, criada pelo seu governo, alinhada à integração internacional com o continente africano, principalmente com os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e Timor Leste.

A sua política da internacionalização principiante não se resume apenas ao processo de abertura de vagas para seleção de novos ingressos a partir dos seus países, entende-se que isto apenas é um pressuposto básico ao prelúdio (início) do processo de internacionalização em uma Universidade internacional. Percebe-se que, a internacionalização se faz mediante a presença dos estrangeiros no campus, colaboração efetiva entre as instituições parceiras, grau de imersão internacional na grade curricular e pela mobilidade acadêmica tal como afirma (MOSORINI, 2006). Para que haja uma efetiva internacionalização a Universidade, há de criar condições necessárias a fim de que a mobilidade acadêmica seja possível, colocando o conhecimento produzido em circulação entre os países os Estados membros, tornar mais flexível a sua grade curricular, atendendo as demandas dos países parceiros. A não obediência à paridade de vaga estabelecida no seu estatuto e no Plano de Desenvolvimento Institucional,

na qual dispõem que a metade de vaga ofertada pela Universidade é destinada ao público brasileiro cuja seleção é feita por meio do sistema de seleção unificada (SISU), e a outra metade é destinada aos estudantes de países parceiros, selecionados mediante um processo específico que também constitui um problema a ser discutido e ajustado (PDI, 2016-2021). Ao que tudo indica, a proposta inicial do processo de integração e cooperação internacional pela composição do seu corpo discente redigida no PDI não está sendo cumprida, a igualdade numérica dos estudantes nacionais e internacionais ainda é um desafio a ser superado, se não, podemos observar o portal da UNILAB em números disponíveis no sítio da Universidade em um período que compreende 2010 a 2019, há uma diferença gritante na sua composição de discentes. Para a melhor interpretação desses dados, e gerar um entendimento sobre o mesmo, criamos a tabela do número de estudantes presentes na UNILAB, distribuídos pelas seguintes formas de ingresso:

Tabela 1: Estudantes da UNILAB por forma de ingresso 2010 a 2019.

(Curso de Graduação)

Estudantes por forma de ingresso	Nº de discentes	Discentes em %
SISU	2.189	40,52
Internacionais	805	14,90
Regresso	772	14,29
Vestibular	362	6,70
Quilombolas ou Indígenas	261	4,83
Diplomados	239	4,42
Reopção	200	3,70
Sisure Remanescente	199	3,68
Sisure	138	2,55
Enem	110	2,04
Transferência voluntária	97	1,80
Prof. Ed. Básica	27	0,50
Mobilidade Interna	02	0,04
Regresso Automático	01	0,02
Total	5.402	100%

Fonte: autoria própria, adaptado da UNILAB em números disponíveis em: <https://app.powerbi.com/view>, Acesso: 30. Jun. 2019.

Os estudantes nacionais respondem com um total de **4.597**, que correspondem a **85,10%**, e os internacionais respondem com um total de **805** na qual correspondem apenas **14,90%**. Perante os dados, percebe-se que, a Universidade está longe de atender a sua estratégia

incipiente de internacionalização no quantitativo do seu corpo discente, o estabelecido inicialmente foi 50% cada, entretanto, percebe-se que, há uma ausência de vontade política e de discussão para a efetivação da proposta da integração acadêmica mediante a cooperação internacional, porque as ações que envolvem a abertura de vagas até então não condizem com a clara orientação plasmada no estatuto e PDI 2016-2021.

O processo de internacionalização pode ser efetivado e consolidado se corrigissem os erros iniciais e projetar o projeto a outros horizontes mediante sua natureza e diversidade. Se não poupar o esforço, a UNILAB pode ir mais além com a mobilização dos recursos através de mais parcerias que podem ser firmadas com organismos internacionais, criando possibilidades de ter mais bolsas permanentes para estudantes, incentivando o empenho em pesquisas, evitar evasão, criando mais condições e dar dignidade aos estudantes mediante a uma assistência digna, não deixar que apenas os recursos provenientes da União, através do Ministério de Educação e Ciências MEC seja apenas uma única fonte de recursos que suportam as despesas da Universidade.

4.2. Conselho de integração internacional

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em virtude da sua natureza de ser uma entidade de caráter internacional e preocupada com o cumprimento da sua missão, no seu estatuto vigente no capítulo IX, destaca-se o papel do conselho de integração internacional relativamente ao processo de internacionalização da universidade, órgão de caráter consultivo que tem por objetivo a criação de espaço de interlocução internacional no campo acadêmico do Brasil e dos demais países da CPLP. Mediante suas atribuições institucionais, as ações deste órgão sendo mais funcional e com adoção de políticas e medidas que vai de encontro aos interesses dos países presentes na UNILAB, representa em um órgão de fundamental importância para a projeção do projeto no conserto das nações (ESTATUTO, 2019).

Pelas suas atribuições segundo o art.41, do capítulo IX, do estatuto da UNILAB, compete ao conselho sugerir mecanismos que irão contribuir para o desenvolvimento de programas de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo UNILAB e as instituições universitárias dos países parceiros da CPLP, realizar a equivalência e o reconhecimento de diplomas concedidos pela UNILAB nos países parceiros. Assim, promover a mobilidade acadêmica dos estudantes, docentes e técnico-administrativos com os fins de subsidiar a avaliação de qualidade do ensino da UNILAB, tornar público a inserção de egressos no mercado de trabalho nos seus países, aperfeiçoar o apoio à permanência dos estudantes dos países parceiros na universidade,

mapear cursos de graduação e de pós-graduação tanto quanto as pesquisas científicas de interesses comuns entre o Brasil e países parceiros da CPLP e entre outras atribuições (ESTATUDO DA UNILAB, 2019).

O conselho de integração internacional reúne seus órgãos uma vez ao ano para assim alocarem medidas e ações. O órgão é constituído por:

Reitor, pelo Vice-Reitor, Pró-Reitor de Relações Institucionais, por representante da assessoria de relações internacionais do MEC, por representante da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), por representantes indicados pelas Embaixadas dos respectivos países parceiros, por representante da Fiocruz, por representante da Embrapa, por representante das associações dos estudantes internacionais da UNILAB, por dois (2) representantes de cada Campus, pelos Coordenadores do Centro de Estudos Africanos e das Diásporas da Bahia e do Ceará (CEIAFRICA), pelos Coordenadores dos Núcleos de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da Universidade, por representação de entidades empresariais voltadas para relações de cunho econômico com países africanos, por representação de organismos dos Estados da Bahia e do Ceará voltados para relações cooperativas com países africanos, por representação de entidades dos Estados da Bahia e do Ceará voltadas para atividades culturais relacionadas aos países africanos, pelo Coordenador da Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES), pela direção de ação cultural e a de Língua Portuguesa da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), por um (1) representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura UNESCO (ESTATUTO DA UNILAB, 2019).

O conselho, apesar dos avanços teóricos, e pelas atribuições conferidas pelo estatuto, suas ações parecem ser bastante incipientes, entende-se que o conselho é um meio fértil no qual a universidade pode servir de suas ações, estratégias e políticas efetivas na consolidação da missão institucional.

4.3 Convênios com os países parceiros da CPLP

A política de cooperação internacional e de relação institucional da UNILAB com os países parceiros, resulta na assinatura de convênios entre a Universidade e as instituições públicas e privadas dos países parceiros em áreas educacionais gerais e de repasses específicos (PROINST, 2019). O principal objetivo desta política é, portanto, criar espaços e ampliar meios para que as instituições dos países parceiros da UNILAB desenvolvam intercâmbios na perspectiva da cooperação Sul-Sul e pela solidariedade entre os Estados, na produção de conhecimento, na integração acadêmica e na inclusão social (GOMES; VIEIRA, 2013).

A UNILAB, através de Pró-Reitora de Relações Institucionais (PROINST), mantém vários convênios de cooperação internacional com diversas Instituições Públicas e Privadas do Ensino Superior dos países parceiros e não só. Contudo, muitos foram extintos ou vencidos e outros com a vigência. Parcerias estas que de certo modo contribuiu para consolidação e o avanço nos objetivos institucionais.

Por outro lado, apesar de existirem essas parcerias carecem de resultados práticos e efetivos.

De 2010 a 2019, a UNILAB tem firmado no total de trinta e oito (38) convênios de cooperação com diferentes países, trinta e três (33) destes convênios foram com os países parceiros da CPLP, vinte e quatro (24) destes convênios firmados com os países da CPLP foram extintos ou vencidos, nove (9) com status vigente, e os restantes cinco (5) foram convênios assinados com os países fora da CPLP, no qual dois (2) extintos ou vencidos e três (3) com status de vigência (PROINST, 2019).

Para melhor interpretação e facilitar o seu entendimento, seguem os dados distribuídos em tabela de convênios firmados entre a UNILAB com as instituições parceiras da CPLP de 2010 a 2019.

Tabela 2: Convênios UNILAB e as instituições parceiras da CPLP de 2010 a 2019.

PAÍSES	TIPO DE INSTITUIÇÃO	OBJETO	Nº DE ACORDOS	VENCIDO/ EXTITOS	VIGENTE
ANGOLA	PÚBLICA	COOP. GERAL	4	4	0
CABO VERDE	PÚBLICA/ PRIVADA	COOP. GERAL	5	4	1
GUINÉ-BISSAU	PÚBLICA	COOP. GERAL	2	1	1
MOÇAMBIQUE	PÚB/PRIV.	COOP. GERAL	7	6	1
PORTUGAL	PÚB/PRIV	GERAL/ESPECÍFICO	11	5	6
SÃO-TOMÉ	PÚBLICA	COOP. GERAL	2	2	0
TIMOR LESTE	PÚBLICA	COOP. GERAL	2	2	0
TOTAL			33	24	9
OUTROS			5	2	3
TOTAL			38	26	12

Fonte: PROINST (2019)

No entanto, segue a descrição dos convênios assinados entre a UNILAB e os países em expressão da Língua Portuguesa em um período que compreende de 2010 a 2019.

ANGOLA

A Angola, país membro da CPLP e parceiro da UNILAB, por meio da cooperação geral possuiu quatro (4) convênios com instituições do ensino superior públicas de Angola e segundo dados de Pró-Reitoria de Relações Institucionais todos esses convênios vencidos.

CABO VERDE

O Cabo Verde, membro da CPLP e parceiro da UNILAB, possuiu acordo de cooperação na área de educação e do ensino superior público e privado, de geral objeto em um total de cinco (5) convênios, nos quais quatro (4) deles vencidos e um (1) com vigência até 2022.

GUINÉ- BISSAU

A Guiné-Bissau é o país membro da CPLP, parceiro da UNILAB, no âmbito da cooperação técnica e do ensino superior, a Guiné-Bissau mantém acordo com a UNILAB na área do ensino superior, de caráter geral em um total de dois (2) convênios firmados um (1) vencido e outro com vigência até 2024.

MOÇAMBIQUE

O Moçambique, também membro da CPLP, parceiro da UNILAB, na qual possuíram sete (7) convênios de caráter geral com as instituições públicas e privadas do ensino superior de Moçambique, em que seis (6) deles vencidas e um (1) com vigência até 2021.

PORTUGAL

Membro da CPLP e parceiro da UNILAB, embora não expede seus estudantes para o efeito dos estudos na UNILAB, fez-se em um país com maior número de convênios assinados com a UNILAB, de caráter geral e específico sobre repasses, em um total de onze (11) convênios com as instituições públicas e privadas, cinco (5) destes acordos vencidos e seis (6) com vigência.

SÃO TOME E PRÍNCIPE

País membro da CPLP e parceiro da UNILAB, ambos possuíram dois (2) convênios com duas instituições públicas do ensino superior de São Tomé, de caráter geral e todos vencidos.

TIMOR LESTE

O Timor Leste, país asiático e membro da CPLP, parceiro da UNILAB, possuem dois (2) convênios com a instituição do ensino superior público do Timor de caráter geral e todos vencidos.

ARGENTINA, CHINA, FRANÇA E MÉXICO

Países fora do âmbito da CPLP, mas que marcadamente configuram como parceiros da UNILAB, possuíram ao todo cinco (5) convênios com a UNILAB, nos quais três (3) com status vigente e dois (2) extintos ou vencidos.

Levando em consideração a elevada complexidade do processo da internacionalização e da integração universitária, em observância dos dados e sua interpretação, atrevo-me a dizer que, a UNILAB está longe de um processo da consolidação e do cumprimento da missão institucional, os acordos firmados entre a UNILAB e países parceiros em sua maioria extintos ou vencidos. Pela dimensão do projeto UNILAB e volvidos quase dez 10 anos desde a sua criação, o número de convênios vigentes é pouco. É imperioso redobrar o esforço, mobilizar mais parcerias não apenas com as instituições dos países parceiros da CPLP, mas com outras instituições públicas e privadas, ONGS e entidades de outros países interessados em apoiar o projeto. O interesse em tornar a universidade mais internacionalizada e integrada passa pela vontade política e na definição de estratégias com base nos interesses de instituição de mobilizar parcerias que geram produtos e que trazem benefícios aos discentes, docentes, servidores técnicos, assim como pela instituição como um todo.

4.4 Rede de Instituições Públicas de Educação Superior-RIPES

No campo da ciência global, a produção, a divulgação e a troca de conhecimento e de experiência sobre algo produzido é bastante indispensável. Numa universidade internacional, e de diversidade, e do elevado valor cultural, não se pode produzir e guardar para si. A UNILAB serve-se da RIPES como canal de divulgação e de troca de experiência, de conhecimento entre o Brasil e os países parceiros da CPLP.

Criado e idealizado pela UNILAB, a Rede de Instituições Públicas de Educação superior foi apresentada a CPLP e aprovada na XXV reunião dos pontos focais que teve lugar em Maputo, Moçambique, em 12 de julho de 2012 (RIPES, 2019), com o intuito de fortalecer e promover o conhecimento e a comunicação. A RIPES é de capital importância na disseminação de conhecimento, o seu objetivo principal é criar e fortalecer a comunicação entre as instituições públicas de educação superior da CPLP e construir uma rede internacional, promovendo ações

e intervenções de apoio técnico, administrativo e acadêmico, como estabelecem as diretrizes da UNILAB (RIPES, 2019).

Para o suporte do seu custeio na execução de suas ações, a rede é suportada com recursos proveniente do fundo especial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, junto ao Secretariado Executivo da CPLP em Lisboa, bem como o apoio da Agência Brasileira de Cooperação vinculado ao Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE). Desde sua criação em 2012, começou a sua atividade que visa a comunicação entre a UNILAB e as instituições públicas dos países da CPLP, no tocante a mobilidade de docentes, discentes e servidores técnicos-administrativos da UNILAB, com o propósito de auxiliar o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural entre países e instituições parceiras (RIPES, 2019). No que toca ao seu plano estratégico e ações e no cumprimento dos seus objetivos, a Rede de Instituições Públicas de Educação Superior conta com seguintes planos de ações:

- 1-Constituir e operacionalizar estratégias de comunicação e articulação entre as instituições públicas de ensino superior para o desenvolvimento da CPLP;
- 2-Criar um sistema de mobilidade internacional de docentes, discentes gestores e servidores técnico-administrativos;
- 3-Desenvolver recursos que permitam a apropriação e o fortalecimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nas atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão universitária);
- 4-Constituir uma eficiente e integrada estratégia de comunicação social e científica entre as instituições parceiras e o público em geral;
- 5-Produzir e distribuir publicações sobre o estado da arte do ensino superior nos PALOP e no Timor-Leste;
- 6-Elaborar uma estratégia de financiamento a partir da articulação com atores públicos e privados (RIPES, 2019).

O projeto RIPES conta com um plano estratégico que comportam as duas fases: a primeira fase conta com ação do mapeamento de todas as instituições públicas de educação superior dos países parceiros da CPLP que terminou em 2017, fazendo os primeiros contatos com os países e dar a conhecer a natureza do projeto e do seu objetivo para que estes possam ter a ciência do projeto e da sua importância como parte do projeto UNILAB e como as suas ações posteriores podem contribuir na consolidação do processo da internacionalização, da integração universitária e de colocar o conhecimento em circulação tanto no Brasil, quanto nos países parceiros.

A segunda fase do projeto RIPES comporta o período de 2018 a 2020, sob coordenação da Prof. Dra. Artemisa Odila C. Monteiro, passou por uma reformulação das suas ações na qual foram priorizadas a questão da mobilidade acadêmica que envolverá os discentes, docentes da UNILAB e os países parceiros, fomentando assim a internacionalização da Universidade em função da mobilidade. Não obstante, o projeto está em submissão para aprovação do seu

orçamento que é suportado pelo fundo especial da CPLP de modo a facilitar a execução das ações que serão feitas nessa segunda fase.

A rede, com o trabalho afinado, poderá atender as demandas e os propósitos da UNILAB no quesito de internacionalização universitária por intermédio de suas estratégias e ações que talvez tornem possíveis a disseminação de conhecimento e a consolidação da missão e a internacionalização da UNILAB, projetar à imagem, a marca, a rica diversidade cultural presente e vivida na universidade para outras dimensões. Além disso, tornar possível a mobilidade acadêmica, a troca de informação e de conhecimento em circulação com os países parceiros.

Espera-se que a implementação do plano estratégico do projeto RIPES, segunda fase, será um marco importante para a universidade, sua execução genuinamente pode imprimir uma dinâmica positiva no que se refere a internacionalização efetiva da universidade.

5. Metodologia

No que se refere ao aspecto metodológico do trabalho, e para uma pesquisa viável que consegue dar conta dos problemas levantados, o trabalho fundamenta-se numa abordagem qualitativa de caráter exploratória, um estudo de caso sobre a UNILAB.

Para Silveira e Cordova, (2009) a abordagem qualitativa proporciona uma familiaridade com o problema de pesquisa, tornando-o mais compreensível e acessível para questões futuras que tratem sobre o assunto uma vez que permite aos investigadores foquem um caso e retenham uma perspectiva holística e do mundo real. Portanto, o desenho da pesquisa é estudo de caso sobre a UNILAB, no qual se faz um diagnóstico de ações de integração face à consolidação da missão institucional universitária (YIN, 2015). Foram feitas a análise dos documentos internos da universidade, o estatuto, as diretrizes, o plano do desenvolvimento institucional 2016-2021, as informações disponíveis no sitio oficial universitário e as entrevistas semiestruturada e dirigida aos diretores dos institutos, pró-reitor/a de relações institucionais e coordenador/a da Rede de Instituições Públicas do Ensino Superior.

Segundo Silveira e Cordova (2009, p. 32), “os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens” ou seja, os dados coletados durante a pesquisa são suscitados e ao mesmo tempo de interações, porém, contamos com a disponibilidade de Pró- Reitoria de Relações Institucional no que se refere a disponibilização dos dados que consiste em dados suscitados. Por outro lado, foram efetuadas as entrevistas

semiestruturadas com diretores dos institutos, o/a pró-reitor/a de relações institucionais e o/a coordenador/a de Rede de Instituições Públicas de Educação Superior, ciente de que pode valer de várias interpretações conseqüentemente, mas sem prejuízo, segue-se a análise para obtenção dos resultados.

Entretanto, mediante a análise proposta por Bardin (1977), a análise documental é uma operação ou conjunto de operações que visa representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente do original, a fim de facilitar um estado ulterior a sua consulta, ou seja, foram feitas análises sobre os documentos institucionais, pesquisando as estratégias da UNILAB a fim de verificar as ações desenvolvidas para consolidação da missão institucional. O objetivo da análise documental da UNILAB é para dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação (BARDIN, 1977).

O resultado dessa análise serviu de base para definição do roteiro de entrevista e eleição dos entrevistados como sendo parte envolvente na discussão e elaboração de políticas e de estratégias que envolvem a universidade em geral e de política voltada à internacionalização.

Para a coleta de dados, foi adotado a técnica de entrevista semiestruturada na qual anexamos em apêndices, e os demais documentos usados para o efeito, em anexos.

Entrevista semiestruturada segundo Silveira; Cordova (2009, p. 72) é uma técnica a qual “o pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal.” Em observância a esta técnica foi elaborado um roteiro com as seguintes perguntas da pesquisa:

1. Em sua opinião, em termos gerais, como avalia a estratégia de internacionalização da UNILAB?
2. No âmbito do seu instituto, que ações têm sido desenvolvidas ao nível da internacionalização?
3. Das ações desenvolvidas, quais têm uma maior relevância para o instituto?
4. Quais os tipos de parceiros envolvidos nas parcerias internacionais (universidades, associações, organismos públicos, etc.)?
5. Que aspectos têm dificultado a realização de mais iniciativas ao nível da internacionalização?
6. Em sua opinião, de que forma as parcerias internacionais podem contribuir para alcançar os objetivos de ensino, pesquisa e extensão do instituto?

Sendo parte metodológica, a entrevista semiestruturada contribuiu na coleta de informações que visam responder as questões levantadas durante a pesquisa, mediante um guião

elaborado supracitado e usado para todos os entrevistados. As entrevistas foram transcritas, definidas em unidades de análises assim como a sua categorização, e procedeu a análise de conteúdo respondendo o objetivo do trabalho.

A elaboração dos tópicos procurou fazer com que os entrevistados refletissem a respeito do processo da internacionalização e das ações face à consolidação da missão institucional universitária de modo que possam discorrer (colocar/comentar) a respeito das ações que julgassem necessárias que possam interferir na tomada de novas medidas e na elaboração de estratégias para que assim a universidade (re) estabeleça e seguir os rumos e objetivos que nas quais foi criada.

Para Silveira; Cordova (2009) a entrevista constitui numa “técnica alternativa para se coletarem dados não documentados sobre determinado tema. É uma técnica de interação social, uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca obter dados, e a outra se apresenta como fonte de informação” as entrevistas foram gravadas utilizando um smartphone de marca Samsung na qual tiveram duração de 11 a 25 minutos, a um público de dez (10) entrevistados, oito (8) entrevistas foram gravadas e duas respondidas por escrito. O caráter sigiloso foi salientado antes da entrevista a fim de gerar um ambiente de confiança onde os entrevistados pudessem expor seus pontos de vista sem preocuparem com o julgamento alheio. As entrevistas foram aplicadas de agosto a outubro de 2019. Para sua realização, foram escolhidos Pró-reitor/a de Relações Institucionais, Coordenador/a de Rede das Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) e oito (8) Diretores vinculados aos Institutos que compõem a Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) que são:

Diretor/a do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA);

Diretor/a do Instituto de Ciências da Saúde (ICS);

Diretor/a do Instituto de Ciências Exatas e da Natureza (ICEN);

Diretor/a do Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR);

Diretor/a do Instituto de Educação a Distância (IEAD);

Diretor/a do Instituto de Engenharia e Desenvolvimento Sustentável (IEDS);

Diretor/a do Instituto de Humanidades (IH);

Diretor/a do Instituto de Linguagens e Literaturas (ILL);

Para análise de dados, foram feitas as transcrições fiéis dos dados, em observância a análise qualitativa, com adoção de método e técnica de análise de conteúdo proposto por Bardin (1977, p. 32) defende que a “análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das

comunicações”. Segundo o autor, a análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por detrás das palavras sobre as quais se debruça, ela busca outras realidades através das mensagens. O conteúdo foi transcrito a fim de ser analisado, adotando a técnica de análise de conteúdo, isolando as unidades de conteúdo elementares, buscando identificar os termos frequentes e categorizá-los.

6. ANÁLISE DE DADOS E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A pesquisa foi aplicada na UNILAB aos diretores dos Institutos, pró-reitor/a das relações institucionais e coordenador/a de RIPES.

Sabe-se que o objetivo do trabalho é pesquisar as ações desenvolvidas pela UNILAB, visando à cooperação internacional com os países parceiros da CPLP. Tendo em vista ao objetivo, foi elaborado um guião de entrevista com seis 6 perguntas sobre estratégias internacionais, ações desenvolvidas, parcerias, dificuldades e contribuição destes para o ensino, pesquisa e extensão.

Para a análise de dados e apresentação de resultados, segue o quadro com a descrição dos entrevistados e o seu quantitativo.

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Pró- Reitor/a	1
Diretores/as dos Institutos	8
Coordenador/a de RIPES	1
Total dos entrevistados	10

Quadro2: Perfil dos entrevistados

Fonte: autoria própria, (2019).

Aplicada as técnicas de análise de conteúdo, na qual recorreremos ao Guião de entrevistas definidas logo a priori, que foram transformadas em seis categorias de análise, isto é, depois da aplicação das entrevistas, foram definidas as categorias.

Segue as seis (6) categorias de análise:

Categoria A- Avaliação da estratégia de internacionalização.

Categoria B- Ações desenvolvidas.

Categoria C- Ações com maior relevância para o Instituto.

Categoria D- Tipos de parceiros/ parcerias.

Categoria E- Dificuldades no processo de internacionalização

Categoria F- Contribuição das parcerias internacionais para o ensino, pesquisa e extensão do Instituto.

Neste momento, apresentaremos a análise da entrevista, seguindo uma análise de acordo com cada uma das categorias. Após análise das entrevistas organizadas por cada categoria de análise foram construídas as subcategorias. Estas subcategorias foram criadas a posteriori, surgindo a partir de análise que nos diziam os dados, foram construídas com base nas expressões encontradas nas entrevistas e por critério de análise semântica como subcategoria as palavras de valor semântico, ou seja, palavras de valor próximo daquilo que foi dito na entrevista (BARDIN, 1977).

Apresentaremos, assim, em primeiro lugar, o quadro da análise da entrevista relativa à primeira categoria de análise.

Entrevistados	Subcategorias	Situação	Ex.de unidade de Análise	Ref.
Entrevista-1	Evolutiva Falta de ações	↓	“não foi feito muita coisa por conta de ações internas”	Ap1/ L8
Entrevista-2	Dupla diplomação Financiamento de pesquisas	↓	“foco na cooperação bilateral com outros países”	Ap1/ L14
Entrevista-3	Retrocesso número de estudantes no quantitativo	↓	“talvez existe a estratégia de acabar com a internacionalização”	Ap1/L18,19
Entrevista-4	Enfraquecido, Deixou de ser estratégia institucional	↓	“por conta da situação política vivenciada pelo Brasil nos últimos anos”	Ap1/ L29
Entrevista-5	É lento	↓	“a gente está começando a engatinhar”	Ap1/L36,37
Entrevista-6	É fundamental Foco mais forte	↓	“gestão do Professor Alexandre deu um foco mais forte a internacionalização”	Ap1/L41,42
Entrevista-7	De internacionalização Convênios educacionais	↓	“ganhando um capital político favorável. Já o capital político facilita as relações econômicas”	Ap1/L50,51
Entrevista-8	Estratégia é magnífica Importante pelo contexto	↓	“vejo como uma estratégia inteligente com a tendência para se internacionalizar”	Ap1/L57,58
Entrevista-9	Há falta de estratégias dialogar estratégias	↓	“dentro dessas estratégias a gente precisa ter essa equidade dos países”	Ap1/L69,70

Entrevista-10	Há falta de estratégia carência de interesses	↓	“dizer que é internacional a partir da seleção “	Ap1/L86,87
---------------	--	---	---	------------

Quadro 3: Avaliação da estratégia de internacionalização.

Fonte: autoria própria, (2019).

Para a interpretação dos dados e torná-los de fácil compreensão, adapta-se os símbolos “downwards arrow” seta para baixo ↓ upwards arrow seta para cima ↑ ” para assim qualificar a situação das respostas dos entrevistados referível no quadro, quando este estiver voltada para baixo, significa que a pergunta em questão teve uma resposta considerada negativa e o inverso significa que a pergunta em questão foi considerada positiva.

Não obstante, na abordagem da primeira pergunta pretende-se, de forma geral, compreender de que forma os entrevistados avaliam a estratégia de internacionalização numa universidade internacional.

Para Morosini (2006), o processo de internacionalização com base na cooperação internacional consiste na presença de estudantes estrangeiros no campus, concessões de pesquisa internacional, o grau de imersão internacional na grade curricular, a mobilidade acadêmica, projetos e pesquisas envolvendo consultorias para universidades e instituições dos países parceiros. Perante este olhar do autor e ao contrapor com as respostas obtidas mediante a pesquisa com as pessoas da alta administração da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e em uma universidade que nasceu internacional, constata-se o seguinte.

Na primeira categoria de análise todas as repostas foram negativas apesar de alguns entrevistados apenas apontaram propostas de estratégias que deveriam ser adotadas pela UNILAB, ao invés de afirmarem se há ou não uma estratégia e como o avaliam? Maioria dos entrevistados afirmaram que não há uma estratégia de internacionalização, a estratégia talvez que existe na UNILAB é de acabar com a internacionalização, há escassez de ações concretas, há falta de vontade política no tocante a igualdade no quantitativo dos estudantes nacionais e estrangeiros, sendo esta a proposta inicial regida no estatuto da universidade, assim como o retrocesso da universidade no quesito de tornar a universidade internacionalizada e dotá-la de um capital político importante, na UNILAB não se dialoga a estratégia de internacionalização o que seria algo indispensável numa universidade de caráter internacional.

É de salientar que em função da análise e da interpretação dos dados sobre a primeira questão da pesquisa pode afirmar que na UNILAB, apesar de ser uma instituição do ensino superior da integração internacional, ela não tem uma estratégia definida de internacionalização

universitária, fato que merece a preocupação pela sua continuidade e afirmação enquanto instituição sustentada com base em cooperação técnica internacional de viés Sul-Sul.

Análise da entrevista relativa a segunda categoria de análise.

Entrevistados	Subcategorias	Situação	Ex. de unidade de análise	Ref.
Entrevista-1	Extensão sobre Línguas Crioulas, curso de Letras Língua Inglesa	↑	“fortalecer dentro do Instituto uma visão de internacionalização não só da Língua Portuguesa”	Ap2/ L111,112
Entrevista-2	Parcerias internacionais com vista a dupla diplomação	↑	“Instituto politécnico de Bragança, universidade de Zambeze, espanholas e alemãs”	Ap2/ L116,107,119
Entrevista-3	Uma disciplina dentro do curso, a de relações internacionais	↓	“pensando projetos, ementa de disciplina trazendo um pouquinho do que são os países parceiros”	Ap2/L129
Entrevista-4	Na prestativa institucional, destaca-se sobretudo o mestrado interdisciplinar	↓	“há um processo de internacionalização a partir do Instituto muito pela via académica “	Ap2/ L140,141
Entrevista-5	Lançamento do primeiro curso de pós-graduação da UNILAB	↑	“de especialização, com a participação dos países parceiros”	Ap2/L145
Entrevista-6	Projeto de segurança alimentar e escola de verão	↑	tem visibilidade muito grande do governo brasileiro e parceiros”	Ap2/L158,16 5
Entrevista-7	Cursos na modalidade à distância aos países parceiros	↑	“parceira da RIPES colaborando com mais iniciativas”	Ap2/L 171,172
Entrevista-8	Nenhuma ação	↓	“apenas incentivando os alunos a fazerem trabalhos voltados aos seus países”	Ap2/L175,17 6
Entrevista-9	Intenção futura	↓	“abrir o curso da medicina”	Ap2/L178,17 9
Entrevista-10	Projeto CONSAN, RIPES e CAPOEIRAA	↑	“projetos sob coordenação de RIPES”	Ap2/L185,18 6

Quadro 4 – Ações Desenvolvidas

Fonte: autoria própria, (2019)

A segunda pergunta, pretende-se, de forma geral, compreender quais as ações desenvolvidas dentro dos institutos vinculadas à UNILAB, para a integração e internacionalização universitária e na sequência de respostas dadas e pela orientação do símbolo, observa-se que a maioria dos entrevistados deram as respostas positivas face as ações desenvolvidas nos institutos, embora a maioria das respostas estão consubstanciadas em algo simbólico dentro dos institutos, uma boa parte das ações refere-se ao projeto de segurança alimentar e nutricional CONSAN vinculado ao instituto de desenvolvimento rural em parceria

com instituto de educação a distância IEAD voltada para os países parceiros. Também teve algumas propostas apontadas por alguns diretores sobre as ações que no futuro próximo pretendem executar, tais como: parcerias com vista a dupla diplomação, pensado ementas da disciplina que trazem um pouco sobre a realidade dos países parceiros entre outras ações. Alguns institutos têm ações em execução nas quais destacamos curso de extensão em línguas crioulas e inglesa, mestrado interdisciplinar em humanidades, curso de farmácia, projeto RIPES, projeto CAPOEIRA e muitos outros, também tem instituto que não possuiu até então nenhuma ação voltada ao processo de internacionalização.

Perante os dados analisados, observa-se que as ações existem, embora algumas sejam pontuais, incipientes e muitas delas feitas através do esforço dos docentes vinculados aos institutos que tentam estabelecer parcerias por via acadêmicas com as instituições de países parceiros, o que acaba por ter impacto institucionalmente menor, mas não por isso menos importante, a mobilização institucional por meio de estabelecimento de metas e prioridades conjuntas, outras particulares pela especificidade de planos dos institutos, a disponibilidade orçamentária poderia resultar em mais ações nos institutos visando a internacionalização.

Análise da entrevista relativa à terceira categoria de análise.

Entrevistados	Subcategorias	Situação	Ex. de unidade de análise	Ref.
Entrevista-1	Pesquisas desenvolvidas pelos docentes	↑	“artigos publicados em revistas de Qualis A1, A2, B1, B2”	Ap3/ L191,192
Entrevista-2	A dupla diplomação	↑	“tem impacto direto na qualidade de formação dos discentes”	Ap3/ L197
Entrevista-3	As ações que discuta as relações internacionais dentro de CPLP	↓	“entender a cooperação Sul-Sul, discutir a relação Int. dentro CPLP”	Ap3/L,2004
Entrevista-4	As ações de ensino	↑	“acolhimento dos estudantes que chegam para pós-graduação de mestrado”	Ap3/ L209,210
Entrevista-5	A parceria com a universidade Amílcar Cabral	↑	“a construir o curso de agronomia na GB”	Ap3/L218
Entrevista-6	Projeto CONSAN e RIPES	↑	“para fortalecer o conhecimento por parte dos países membros da CPLP”	Ap3/L231,23 2
Entrevista-7	Lançamento de pós-graduação em seg. alim. e nutricional	↑	“este foi o primeiro pós-graduação realmente internacional”	Ap3/L241,24 2

Entrevista-8	Ensino	↓	“visto de maior relevância no nosso instituto é na área do ensino”	Ap3/L245
Entrevista-9	Abertura de curso de farmácia e seminário internacional	↑	“seminário Internacional, que será em 2020”	Ap3/L247,248
Entrevista-10	Projeto CONSAN	↑	“foram para os países aplicando as atividades, o curso de especialização”	Ap3/L252,253

Quadro 5: Ações com maior relevância para o instituto

Fonte: autoria própria, (2019)

De modo geral, coloca-se a terceira pergunta com o objetivo de compreender dentre as ações desenvolvidas nos institutos qual (is) tem (ê) maior relevância.

Com este propósito, e no quadro da situação pela orientação do símbolo e em consequência da análise das respostas, quase todos afirmaram que de algum modo essas ações são relevantes, dois entrevistados tiveram respostas consideradas negativas, que no quadro anterior um havia afirmado de que no seu instituto não tem nenhuma ação que visa a internacionalização ao nível do instituto, apesar de destacar a ação do ensino feito, mas ao nível institucional. O segundo propôs a necessidade de discutir a internacionalização no âmbito da CPLP.

Dentre as ações feitas nos institutos, destacou-se mais o projeto CONSAN, tido como projeto com maior relevância ao nível institucional e em vários institutos da UNILAB, projeto RIPES assim como projeto CAPOEIRA também foram destacados, a abertura do curso de farmácia, a vinda da professora de Angola para participar no seminário Internacional que terá lugar em novembro de 2020 e entre muitos são umas das ações futuras.

No entanto, perante a análise dos dados pode-se afirmar que, a ação com maior relevância destacada durante a pesquisa foi o projeto CONSAN, ao que tudo indica este projeto tem uma importância elevada para UNILAB assim como aos países parceiros, embora esteja em execução apenas em dois países membros da CPLP, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Também foi destacado o projeto RIPES, e de tanto que se aguarda a execução de suas ações, pela sua importância no processo de internacionalização e integração universitária com os países parceiros, fomentando a mobilidade acadêmica dos docentes, discentes e técnicos administrativos da UNILAB, assim como a criação de uma revista eletrônica que irá imprimir a dinâmica de colocar o conhecimento em circulação entre os países membros da CPLP.

Análise da entrevista relativa a quarta categoria de análise.

Entrevistas	Subcategorias	Situação	Ex. de unidade de análise	Ref.
Entrevista- 1	Não temos parcerias	↓	“estamos buscando isso, dentro do programa idioma sem fronteiras”	Ap4/ L260,261
Entrevista- 2	Centro de pesquisas	↑	“centro de pesquisas e universidade”	Ap4/ L270
Entrevista- 3	Cooperação celebradas	↑	“UNILAB e diversas instituições tem, na prática que é difícil sinalizar algo”	Ap4/L273,27 6,277
Entrevista- 4	Não temos	↓	“no maior plano da Universidade existe a cooperação entre governos”	Ap4/ L281,282
Entrevista-5	Apenas ao nível institucional	↓	“UNILAB, MEC, ABC e a CPLP”	Ap4/L286,28 7,288
Entrevista- 6	Universidade e associações privadas	↑	“tem os que foram inspirados, uns que não foram renovados por uma questão de falta de interesse”	Ap4/L295, 296
Entrevista-7	Programa Universidade Aberta do Brasil Governo Federal	↑	“Internacionalização do ensino, pesquisa e extensão”	Ap4/L300
Entrevista- 8	Nós não temos nenhum parceiro	↓	“ a UNILAB tem através da PROINST os Convênios com as universidades”	Ap4/L303
Entrevista- 9	O instituto tem parcerias com instituições da CPLP,	↑	“feitas com Universidade de Angola, Moçambique e Cabo Verde”	Ap4/L307,30 8
Entrevista- 10	No momento não temos ainda nenhum	↓	“apenas Ministério da Educação, Ministério das relações exterior”	Ap4/L318,31 9

Quadro 6: Tipos de parceiros/parcerias

Fonte: autoria própria, (2019)

A quarta pergunta colocada aos entrevistados, no caso quais tipos de parceiros ou parcerias internacionais que envolvem o instituto tem como objetivo compreender o nível do envolvimento dos institutos com a internacionalização e integração mediante as parcerias ao nível dos institutos.

Em função de análise dos dados dos entrevistados, cinco afirmaram que seus institutos não possuem nenhuma parceria com outras instituições, seja ela pública ou privada, fato que pode ser observado pela orientação do símbolo no quadro de situação.

Outros cinco, ao responderem a pergunta, acabam por referir as parcerias no maior plano, ou seja, ao nível institucional entre a UNILAB, através de PROINST, com as instituições do ensino superior dos países parceiros, contudo, ficou claro na fala de um dos entrevistados que “as parcerias existem no plano institucional, mas na prática é difícil sinalizar algo sobre estas parcerias”(Entrevistado 4, Ref. Ap4/L276, 277) o que constituiu uma preocupação porque a universidade nasceu mediante a cooperação internacional com viés Sul- Sul, suas ações tendem a fomentar mais parcerias com resultados práticos e efetivos.

A definição de estratégias mediante os interesses da universidade e a vontade política é um dos pressupostos elementares para que a instituição possa usufruir de potencial que tem, congregando toda lusofonia num só espaço, com a diversidade cultural ímpar, as parcerias de fato seriam o fio condutor de suas ações com vista a consolidação da sua missão.

No entanto, perante as respostas obtidas e apesar de existirem algumas parcerias pode-se afirmar que elas são umas (poucas), seus resultados deixam a desejar, há que imprimir uma nova dinâmica, dar ênfase as parcerias, procurar fontes de financiamentos internacionais já que a universidade segundo a fala de um dos entrevistados “é acolhido em todo canto” (Entrevistado 5, Ref. Ap5/L354, 355). Seria uma oportunidade de instigar mais mobilização e recursos para desenvolver projetos e de mais iniciativas.

Análise da entrevista relativa a quinta categoria de análise.

Entrevistados	Subcategorias	Situação	Ex.de unidade de análise	Ref.
Entrevista-1	Têm que ver com a questão de tempo	↓	“para estabelecer ações que visam ao processo de internacionalização”	Ap5/ L327,328
Entrevista-2	Restrições orçamentarias	↓	“fomentar intercâmbio de discentes, docentes”	Ap5/ L333,334
Entrevista-3	A política	↓	“precisa-se entender a cooperação sul-sul para depois compreender UNILAB	Ap5/L337,338
Entrevista-4	A instabilidade política	↓	“cenário político favorável ao processo de internacionalização, efetivar estratégias”	Ap5/ L343,344
Entrevista-5	São as ações políticas	↓	“sempre que a gente troca de um reitor é um trauma”	Ap5/L350
Entrevista-6	Nenhuma dificuldade	↑	“UNILAB ainda tem um aspecto muito forte é acolhido em todo canto”	Ap5/L354,355

Entrevista-7	Falta de parcerias	↓	“elas permitem a expansão de oferta de cursos fechados e abertos”	Ap5/L360, 361
Entrevista-8	Limitação do quantitativo de professores e experiência docente	↓	“além da questão financeira que a universidade não colabora”	Ap5/L373,374
Entrevista-9	Deslocamento	↓	“oportunidade de realizar mobilidade dos docentes”	Ap5/L378
Entrevista-10	Aspecto burocrático, visibilidade dos docentes estrangeiros	↓	“universidade faz de conta internacional, apenas gerida pelos brasileiros”	Ap5/L400,401

Quadro 7: Dificuldades no processo de internacionalização

Fonte: autoria própria, (2019).

Quinta pergunta, tem como objetivo compreender quais as dificuldades sentidas nos institutos no processo de internacionalização.

Observa-se que no quadro da situação de resposta apenas um símbolo ficou pontado para cima, dando sentido apenas a uma resposta positiva.

Dos dez entrevistados nove relataram que sentem dificuldades, embora sejam de várias ordens, mas o mais salientado foi o fator político, ou seja, a política como sendo fator de divisão e do enfraquecimento da universidade e das suas políticas, a restrições orçamentária, a falta de parcerias, ausência de mobilidade acadêmica, a burocracia, a não visibilidade aos professores estrangeiros de os convidarem em cargo da alta gestão e entre outros fatores foram invocados pelos entrevistados como dificuldade ao processo de realização de mais iniciativas de internacionalização.

Apenas um entrevistado afirmou que não consegue sentir dificuldades, e a UNILAB ainda tem um aspecto muito forte na qual ela é acolhida em todo lugar, motivo pelo qual não sente nenhuma dificuldade ao processo de internacionalização.

Ser aceite em diferente esfera por ser uma universidade diferenciada e de cooperação internacional por si só não basta, há que aproveitar esta aceitação e traduzi-la numa vantagem política e de estratégia para mobilização de fundos para universidade.

Perante análise de dados e ao interpretar o resultado, pode-se afirmar que o aspecto político tem dificultado bastante o percurso da universidade, todavia, há uma necessidade de tornar a universidade autônoma, as mudanças frequentes do reitor e das figuras da alta direção como afirma um dos entrevistados que “sempre que a gente troca de um reitor é um trauma” (Entrevistado 5, Ref. Ap5/L350) para universidade, sendo que o novo reitor dificilmente dá continuidade ou aceita assinar documentos e projetos iniciado pelo antecessor.

Não obstante, uma universidade com esta natureza de integração internacional, há que pautar pela autonomia de gestão, a própria produção de conhecimento requer uma autonomia plena, escolha interna do seu gestor de preferência que seja de carreira, escolhido mediante a votação interna pelos seus pares ou pelos estudantes, talvez seria uma via a percorrer para que assim se possa ultrapassar problemas apontados pelos entrevistados.

Análise da entrevista relativa a sexta categoria de análise.

Entrevistados	Subcategorias	Situação	Ex. de unidade de análise	Ref.
Entrevista-1	Desenvolver pesquisas voltadas aos países parceiros	↑	“atuando no ensino pesquisa e extensão”	Ap6/L430,431
Entrevista-2	Dupla diplomação	↑	“projetos de pesquisa com cooperação internacional”	Ap6/L433,434
Entrevista-3	Nós não temos essa questão	↓	“precisamos ter a parceria de fato funcionando”	Ap6/L437
Entrevista-4	Não consigo te responder isso objetivamente	↓	“as parcerias internacionais são fundamentais”	Ap6/L450
Entrevista-5	Sem as parcerias fica difícil	↓	“Sem a internacionalização, dificilmente os objetivos podem ser atingidos”	Ap6/L456,457
Entrevista-6	Através de projetos e parcerias	↓	“parcerias fortes que vão elevar o nome da UNILAB para comunidades dos países”	Ap6/L459,460
Entrevista-7	Criar mecanismos para que as parcerias sejam efetivas	↓	“que sejam efetivas e que deem resultados”	Ap6/L468
Entrevista-8	Permanência dos alunos pela situação financeira e da saúde	↓	falta do compromisso da gestão superior em relação a esses aspectos”	Ap6/L484,485
Entrevista-9	As parcerias	↓	“ter trocas mais efetivas voltar ao projeto inicial da UNILAB”	Ap6/L494,495
Entrevista-10	A partir da internacionalização de currículos	↓	“é um desafio ainda internacionalização na UNILAB”	Ap6/L 525

Quadro 8: Contribuição das parcerias internacionais para o Ensino, Pesquisa e Extensão do instituto

Fonte: autoria própria, (2019)

A sexta pergunta tem como objetivo compreender de que forma as parcerias internacionais podem contribuir para o alcance dos objetivos de ensino, pesquisa e extensão a partir dos institutos.

Dos dez entrevistados todos foram unânimes em afirmar a importância das parcerias, a maioria dos entrevistados acaba apontando apenas as propostas de estratégias que os institutos devem seguir, por exemplo, a internacionalização de currículo, projeto de pesquisa ao nível de cooperação internacional, criar mecanismos para que as parcerias sejam efetivas que de fato essas parcerias gerem produtos, resultados não apenas nos institutos, mas ao nível institucional.

Ao analisar os dados e mediante os resultados, pode-se afirmar que há falta de políticas e de estratégias bem definidas ao nível dos institutos no que se refere a questão de parcerias e suas contribuições para ensino, pesquisa e extensão. Várias respostas foram no sentido de apontar propostas que poderia ajudar no fomento da política de parcerias.

Pode-se perceber que apesar de existir algumas iniciativas incipientes em alguns institutos, a universidade carece de projetos de cooperação de parcerias de fato e de direito que gerem resultados efetivos na UNILAB assim como nos países parceiros da CPLP, internacionalização ainda constitui uma miragem para UNILAB.

Em observância da metodologia anunciada e no cumprimento do objetivo geral e específicos do trabalho e de acordo com os dados coletados e ao longo da pesquisa, consideramos que a UNILAB não está conseguindo atender à sua política de internacionalização conforme previsto no estatuto.

Conforme Morosini, (2006) afirmou que, a internacionalização universitária é feita com base em cooperação internacional, colaboração entre as instituições parceiras, grau de imersão internacional no currículo, presença de estrangeiros no campus, a mobilidade acadêmica e entre outras. Em contraste a este entendimento, sendo a UNILAB uma instituição internacional, os resultados dizem o seguinte: por intermédio da paridade no quantitativo do seu corpo discente a qual o estatuto define 50% para o Brasil e 50% para os países parceiros, os estudantes brasileiros respondem com um total de **4.597** discentes que correspondem a **85,10%** e os estudantes internacionais respondem com um total de **805** na qual correspondem apenas **14,90%** (UNILAB, 2019). A política de cooperação internacional e de relação institucional da UNILAB com os países parceiros da CPLP, dos trinta e três (33) convênios assinados desde 2010 a 2019, apenas nove (9) ainda com status vigente (PROINST, 2019).

A UNILAB, apesar de ser uma instituição do ensino superior da integração internacional, não tem uma estratégia definida de internacionalização, fato que merece a preocupação pela sua continuidade e afirmação enquanto instituição sustentada com base em cooperação técnica internacional de viés Sul-Sul, embora existem algumas ações pontuais, incipientes e muitas delas exercidas mediante esforço dos docentes vinculados aos institutos que tentam estabelecer parcerias acadêmicas com as instituições de países parceiros. A ação

mais destacada pelos entrevistados durante a pesquisa foi o projeto de segurança alimentar e nutricional (CONSAN), ao que tudo indica, este projeto tem uma importância elevada para UNILAB assim, como aos países parceiros, embora esteja em execução apenas em dois países membros da CPLP, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Também o projeto RIPES, e de tanto que se aguarda a execução de suas ações, pela sua importância no processo de internacionalização e integração universitária com os países parceiros. Sendo uma universidade de caráter internacional e mediante a análise de dados sobre os convênios com os países parceiros destaca-se o Portugal sendo este o maior parceiro da UNILAB no âmbito de cooperação internacional e de relação institucional respondendo com seis 6 convênios vigente, também percebe-se a ausência de convênios que permitissem, por exemplo, a mobilidade de estudantes no curso de graduação e, de pós-graduação sendo este um potencial parceiro poderia responder positivamente nesse aspecto.

Por outro, o aspecto político tem dificultado bastante o percurso da universidade, todavia, há uma necessidade de tornar a universidade autônoma, as mudanças frequentes do reitor e das figuras da alta direção, como afirma um dos entrevistados: “sempre que a gente troca de um reitor é um trauma” (Entrevistado 5, Ref. Ap5/L350) para universidade, sendo que o novo reitor dificilmente dá continuidade ou aceita assinar documentos e projetos iniciado pelo antecessor.

Finalmente há falta de políticas e de estratégias bem definidas ao nível institucional no que se refere à questão de parcerias e suas contribuições para ensino, pesquisa e extensão nos institutos. Morosini (2006) fortifica que o processo de internacionalização é definido com base nas estratégias políticas e de cooperação técnica do ensino superior entre os estados cooperados. Em divergência com a UNILAB e nela apenas algumas iniciativas incipientes nos institutos, embora seja uma universidade internacional, carece de projetos de cooperação de parcerias de fato e de direito que geram produto no Brasil assim como nos países parceiros da CPLP.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se deu início a pesquisa, foi constatado que o presente trabalho justifica-se tendo em vista ao potencial que o projeto UNILAB representa, e com a motivação acadêmica, e pela necessidade de compreender a relação na cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) na perspectiva Sul-Sul, e a natureza do projeto UNILAB e as ações da Reitoria, das Pró- Reitorias e dos Institutos são no sentido de integrar para consolidar a missão institucional mediante a parceria com os países da CPLP e organismos internacionais.

Não obstante, havia uma preocupação em pesquisar sobre cooperação UNILAB e CPLP fazendo o diagnóstico de ações de integração internacional para a consolidação da missão institucional entre a UNILAB e os países parceiro da CPLP num período correspondente de 2010 a 2019. Mediante a isto, o trabalho tem como objetivo geral pesquisar as ações desenvolvidas pela UNILAB visando à cooperação internacional com os países parceiros da CPLP.

Constatou-se que o objetivo geral do trabalho foi atendido porque de uma forma efetiva conseguiu apontar que as ações existem, embora sejam pontuais e incipientes, identificou que a universidade não tem a estratégia definida de internacionalização mesmo sendo uma instituição de natureza internacional.

Ao nível institucional a UNILAB tem firmado convênios com várias instituições dos países parceiros, contudo, a maioria foi extinto e/ou vencido e algumas com vigência, consultar a tabela 2. As parcerias, apesar de existirem segundo dados analisados, carecem de resultados práticos e efetivos.

Ao nível dos Institutos as ações que existem e muitas delas feitas através do esforço dos docentes vinculados aos Institutos que tentam estabelecer parcerias acadêmicas com as instituições de países parceiros, o que acaba por ter impacto institucionalmente menor, mas não por isso menos importante.

Ao identificar e tipificar os convênios celebrados entre a UNILAB e instituições dos países parceiros, constatou-se que a política de cooperação internacional e de relação institucional da UNILAB com os países parceiros de 2010 a 2019 resulta na assinatura de vários convênios entre a Universidade e as instituições públicas e privadas dos países parceiros nas áreas educacionais do tipo gerais e de repasses específicos num total 33 convênios, 24 deles vencidos e/ou extintos apenas 9 com status vigente como constam na tabela 2. O principal objetivo desta política é, portanto, criar espaços e ampliar meios para que as instituições dos países parceiros da UNILAB desenvolvam intercâmbios na perspectiva da cooperação Sul-Sul

e pela solidariedade entre os estados, na produção de conhecimento, na integração acadêmica e na inclusão social (GOMES; VIEIRA, 2013).

No que tange as ações desenvolvidas e programadas para reforçar a cooperação internacional com os países parceiros, uma boa parte de ações a conhecer refere-se ao projeto de segurança alimentar e nutricional, vinculado ao Instituto de Desenvolvimento Rural em parceria com Instituto de Educação a Distância voltada para os países parceiros, curso de extensão em línguas crioulas e inglesa, mestrado interdisciplinar em humanidades, curso de farmácia, projeto RIPES e projeto CAPOEIRA. Teve algumas propostas de ações de alguns diretores e que no futuro próximo pretendem executá-los, tais como: parcerias com vista a dupla diplomação, pensado ementas da disciplina que trazem um pouco sobre a realidade dos países parceiros entre outras ações. É de ressaltar que tem institutos que não possuem até então nenhuma ação voltada para internacionalização.

Os principais resultados obtidos na sequência das relações com instituições e organizações dos países parceiros, apesar de existir algumas parcerias percebe-se que há falta de políticas e de estratégias no que refere a questão de parcerias gerando produto.

As eventuais ações e parcerias no contorno de relações internacionais que através da cooperação internacional possam proporcionar o desenvolvimento dos países parceiros, apontam pelas estratégias de: realizar um plano estratégico para a internacionalização com a participação dos institutos; integrar ações de cooperação que permitem o desenvolvimento de projetos presenciais ou a distância entre pesquisadores da UNILAB e dos países parceiros; garantir, articular entre a UNILAB e Universidades dos países parceiros a mobilidade de estudantes na graduação e pós-graduação e criar equipe de trabalho que integre professores e estudantes nacionais e internacionais para obter uma maior visão da internacionalização.

É de salientar a UNILAB, apesar de ser uma instituição do ensino superior voltada para a integração internacional, apresenta resultados que apontam que não tem uma estratégia definida de internacionalização da universidade, e como resultado disso há diferentes percepções e interpretações sobre o que seria de fato uma internacionalização universitária, percepções e interpretações feitas pelas pessoas ligada a alta administração da UNILAB fato que merece a preocupação no que diz respeito a continuidade do projeto pela sua afirmação enquanto instituição sustentada em cooperação técnica internacional de viés Sul-Sul.

Diante da metodologia adotada, as limitações foram surgindo, tivemos a limitação quanto a bibliografias disponíveis sobre o estudo da internacionalização da educação superior, sendo este um assunto novo no Brasil, a limitação epistemológica nas concepções teóricas tradicionais das relações internacionais, “a cooperação internacional tem sido um assunto pouco

estudado no campo de conhecimento da administração” (DOS SANTOS; CARRION, 2011, p. 14). Sendo estudante de curso de Administração isso constitui uma limitação; e por fim, o tempo e o recurso financeiro também constituíram as limitações durante a realização do trabalho.

Mediante o resultado da pesquisa recomenda-se que haja uma mudança de paradigma, adotando um novo olhar sobre o projeto UNILAB; que haja mais discussões abertas sobre o processo da integração e de internacionalização universitária envolvendo a comunidade acadêmica em geral. Aos estudantes espera-se que a pesquisa consiga despertar o interesse pela temática de cooperação, integração e internacionalização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEMOGLU, Daron.; ROBINSON, James. **Por que as Nações Fracassam: As Origens do Poder, da Prosperidade e da Pobreza**. Elsevier Editora Ltda. 2012.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Cooperação Sul-Sul**.

Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul> Acesso em: 06 de Nov. 2019.

ALBANO, Fernanda Junqueira Hadura. **O Primeiro 11 de Setembro: A participação norte-americana no golpe militar do Chile** Revista de Economia e Relações Internacionais, São Paulo, Brasil, Vol. 05. Nº 08. Pág. 112- 124. Jan. 2006, Disponível em: http://www.fAAP.br/revista_faap/rel_internacionais/pdf/revista_economia_08.pdf. Acesso: 09. Dez. 2019.

AYLLÓN, Bruno. **O Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: A Evolução Histórica e as Dimensões Teóricas**. Disponível em: http://www.fAAP.br/revista_faap/rel_internacionais/pdf/revista_economia_08.pdf. Acesso: 09. Dez.2019.

BARDIN, Laurence. **L'analyse de Contenu**, 70ª ed. Presses Universitaires de France, 1977. Disponível em: <file:///C:/Users/HP/Documents/-BARDIN,%20Laurence%20-%20An%C3%A1lise%20de%20Conte%C3%BAdo.pdf> . Acesso: 11. Out. 2019.

BEZERRA, Agnes Francisca Duarte. **Internacionalização da Educação Superior no Mercosul: Novas Tendências nas Universidades Públicas de Brasil e Argentina**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/113136>. Acesso: 20. Dez.2019.

BRASIL (2010). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010**. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12289.htm. Acesso em: 15. Nov. 2019.

BRASIL (2010). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12189.htm. Acesso em: 16. Nov. 2019.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>: Acesso: 4. Mai. 2019.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA CPLP, 2019: Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2767.aspx> Acesso: 08. Set. 2019.

DOS SANTOS, Claire Gomes.; CARRION, Rosinha da Silva Machado. **A Governança da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**: atores, propósitos e perspectivas.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v45n6/a11v45n6.pdf> . Acesso em: 09. Dez. 2019.

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIS INÁCIO LULA DA SILVA. Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a aula inaugural por ocasião da instalação do Polo da Universidade Aberta do Brasil, no Instituto Nacional de Educação a Distância-INED. 2010, Maputo, Moçambique. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/09-11-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-jantar-oferecido-pelo-presidente-de-mocambique-armando-guebuza>: Acesso: 08. Jul. 2019.

DIRETRIZES GERAIS DA UNILAB, 2010. Disponível: http://pdi.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/Diretrizes_Gerais_UNILAB.pdf . Acesso: 20. Mai. 2019.

ESTATUTO DA UNILAB, 2019. Disponível em: http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2019/06/Estatuto-Unilab_junho.2019.pdf Acesso: 4. Jun. 2019.

ESTATUTO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LINGUA PORTUGUESA, 2007, Disponível em:

https://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf
Acesso em: 13. 09. 2019.

ESTATUTO DA UNILA, 2019: Disponível em [:https://portal.unila.edu.br/institucional/documentos-oficiais/estatuto-da-unila/view](https://portal.unila.edu.br/institucional/documentos-oficiais/estatuto-da-unila/view): Acesso: 20. Dez. 2019.

GOMES, Nilma Lino.; VIEIRA, Sofia Lerche. Construindo uma Ponte Brasil - África: a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Luso- afro-brasileira, UNILAB. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/4178>. Acesso em: 02/12/2019.

KERCH, Aline Louise.; SCHNEIDER, Leonardo Gustavo. **O Brasil na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**: A atuação brasileira na Cooperação Sul-Sul, Artigo, 2013, Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/3Es460.pdf>. Acesso: 04. Dez. 2019.

MILANI, Carlos R. S.; LOUREIRO, Júlio Cesar de S. **Cooperação Internacional e Desenvolvimento: Análise da Atuação de Agências Internacionais em Duque de Caxias**. Rio de Janeiro, Artigo, maio de 2013, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v11n2/v11n2a04.pdf>. Acesso: 04. Dez. 2019.

MILANI, Carlos R. S. **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: Evolução Histórica da cooperação Norte- Sul**. IPEIA, Brasília, 2014.

MILANI, Carlos R. S.; CARVALHO Tassia C. O. **Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano**. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/5158/5168>. Acesso em: 05. Nov. 2019.

MOROSINI, Marília Costa. **Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: Conceitos e práticas**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a08n28.pdf> Acesso: 20. Dez. 2019.

MOROSINI, Marília Costa e NASCIMENTO, Lorena Machado do. **Internacionalização da Educação Superior no Brasil: A produção recente em teses e dissertações**. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/974c/bb8396d0f6c358eb97a59a229172fde2dcb9.pdf> . Acesso: 03. Dez. 2019.

MOTA, Mariana Villares Pires Cerqueira. **Brasil, Portugal e a CPLP: Possíveis estratégias internacionais no século XXI**. Dissertação, 2009, N° folha 174, Política Internacional, USP. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-10022010-174615/pt-br.php>. Acesso: 02. Dez. 2019.

MUÑOZ, Enara Echart. **Uma Visão Crítica da cooperação Sul – Sul: Práticas, Atores e Narrativas**. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/341/313>. Acesso: 07. Out. 2019.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta.; MARTINS, Carlos Benedito. **Ensino Superior no Brasil: Uma Visão Abrangente**. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9061/1/Ensino%20superior%20no%20Brasil.pdf> , Acesso: 20. Dez. 2019.

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000)**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/tema/odm/>, Acesso: 09. Dez. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Cooperação Sul-Sul: Por que ela importa?** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/o-que-e-cooperacao-sul-sul-e-por-que-ela-importa>. Acesso em: 06. Nov. 2019.

PEREIRA, Ana Lúcia Danilevicz.; MEDEIROS, Klei. **O Prelúdio da Cooperação Sul- Sul: Da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978)**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/PEREIRA-MEDEIROS-2015-O-Prel%C3%BAdio-Da-Coopera%C3%A7%C3%A3o-Sul-Sul.pdf>. Acesso: 10. Dez. 2019.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar.; PASSOS, Rogério Duarte Fernandes dos. **Espaço Europeu de Ensino Superior e Cidadania Europeia**. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8651136/17252> . Acesso: 18. Dez. 2019.

PINTO, José Filipe. **Da CPLP à Comunidade Lusófona: o futuro da lusofonia**: Disponível em: <https://journals.openedition.org/ras/1212> Acesso: 07. Nov. 2019

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) DA UNILAB, 2016 – 2021. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2016/02/Anexo-da-Resolu%C3%A7%C3%A3o-11-2016-PDI-2016-2021.pdf>. Acesso: 03. Mar. 2019.

POLITEZE, PIVETA, Ivan. **Cooperação Sul- Sul para o Desenvolvimento: Independência ou complementaridade?** Disponível em: <https://www.politize.com.br/cooperacao-sul-sul-para-o-desenvolvimento-independencia-ou-complementariedade/>. Acesso: 15. Dez. 2019.

REDE DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (RIPES). Disponível em: <http://www.ripes.unilab.edu.br/index.php/projeto-ripes/> Acesso em 03. Dez. 2019.

RIZZO, Aline Duarte da Graça, **Avaliação da Cooperação Sul-Sul: Uma Análise Comparada das Perspectivas de Avaliação do Brasil, Índia e África do Sul**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2523.pdf, Acesso: 5. Nov. 2019

STIGLITZ, Joseph. **Globalização: A Grande Desilusão**. Terramar, 2002.

SILVEIRA, Denise Tolfo e CORDOVA, Fernanda Peixoto, **Métodos de pesquisa**, Ed. UFRGS, 2009, Disponível em: <file:///C:/Users/HP/Downloads/derad005.pdf>. Acesso: 02. Jan. 2020.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/sobre-a-unilab/> . Acesso: 12. Abr. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO- AMERICANA (UNILA).
Disponível em : <https://portal.unila.edu.br/> . Acesso: 13. Abr. 2019.

YIN, ROBERT K. **Estudo de Caso Planejamento e Métodos**, 5ª ed. Bookman, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Guião de entrevista usado na coleta de dados



INSTITUTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS (ICSA)

GUIÃO DE ENTREVISTA PARA TCC

TEMA: COOPERAÇÃO UNILAB E CPLP: DIAGNÓSTICO DE AÇÕES DE INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL PARA A CONSOLIDAÇÃO DA MISSÃO INSTITUCIONAL UNIVERSITÁRIA ENTRE O BRASIL, ANGOLA, CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE, PORTUGAL, SÃO TOME E PRÍNCIPE E TIMOR LESTE (2010 - 2019).

Ao Exmo. S.r./a diretor/a do

Instituto.....

Professor/a Dr/a.....

OBJETIVO DA ENTREVISTA

Ajudar na consecução dos resultados de problema de pesquisa, ademais, contribuir para granjear o objetivo do trabalho.

O estatuto da UNILAB no seu Art. 2º parágrafo 3º alínea III dispõe que, a UNILAB pode firmar contratos, acordos e convênios com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais.

1. Em sua opinião, em termos gerais, como avalia a estratégia de internacionalização da UNILAB?

2. No âmbito do seu instituto, que ações têm sido desenvolvidas ao nível da internacionalização?

3. Das ações desenvolvidas, quais têm uma maior relevância para o instituto?

4. Quais os tipos de parceiros envolvidos nas parcerias internacionais (universidades, associações, organismos públicos, etc.)?

5. Que aspectos têm dificultado a realização de mais iniciativas ao nível da internacionalização?

6. Em sua opinião, de que forma, as parcerias internacionais, podem contribuir para alcançar os objetivos de ensino, pesquisa e extensão do instituto?

Data

/ /2019

Assinatura do entrevistado

.....

APÊNDICE B – Tabela de estudantes da UNILAB por forma de ingresso 2010 a 2019

(Graduação)

Estudantes por forma de ingresso	Nº de discentes	Discentes em %
SISU	2.189	40,52
Internacionais	805	14,90
Regresso	772	14,29
Vestibular	362	6,70
Quilombolas ou Indígenas	261	4,83
Diplomados	239	4,42
Reopção	200	3,70
Sisure Remanescente	199	3,68
Sisure	138	2,55
Enem	110	2,04
Transferência voluntária	97	1,80
Prof. Ed. Básica	27	0,50
Mobilidade Interna	02	0,04
Regresso Automático	01	0,02
Total	5.402	100%

Fonte: autoria própria, (2019)

APÊNDICE C – Tabela de convênios UNILAB e as instituições parceiras da CPLP

PAÍSES	TIPO DE INSTITUIÇÃO	OBJETO	Nº DE ACORDOS	VENCIDO/ EXTITOS	VIGENTE
ANGOLA	PÚBLICA	COOP. GERAL	4	4	0
CABO VERDE	PÚBLICA/ PRIVADA	COOP. GERAL	5	4	1
GUINÉ- BISSAU	PÚBLICA	COOP. GERAL	2	1	1
MOÇAMBIQUE	PÚB/PRIV.	COOP. GERAL	7	6	1
PORTUGAL	PÚB/PRIV	GERAL/ESPECÍFICO	11	5	6
SÃO- TOMÉ	PÚBLICA	COOP. GERAL	2	2	0
TIMOR LESTE	PÚBLICA	COOP. GERAL	2	2	0
TOTAL			33	24	9
OUTROS			5	2	3
TOTAL			38	26	12

Fonte: autoria própria, (2019).

APÊNDICE D – Quadro de perfil dos entrevistados

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Pró- Reitor/a	1

Diretores/as dos Institutos	8
Coordenador/a de RIPES	1
Total dos entrevistados	10

Fonte: autoria própria, (2019).

APÊNDICE E – Quadro de avaliação de estratégia de internacionalização

Entrevistados	Subcategorias	Situação	Ex.de unidade de Análise	Ref.
---------------	---------------	----------	--------------------------	------

Entrevista-1	Evolutiva Falta de ações	↓	“não foi feito muita coisa por conta de ações internas”	Ap1/ L8
Entrevista-2	Dupla diplomação Financiamento de pesquisas	↓	“foco em cooperação bilateral com outros países”	Ap1/ L14
Entrevista-3	Retrocesso número de estudantes no quantitativo	↓	“talvez existe a estratégia de acabar com a internacionalização”	Ap1/L18,19
Entrevista-4	Enfraquecido, Deixou de ser estratégia institucional	↓	“por conta da situação política vivenciada pelo Brasil nos últimos anos”	Ap1/ L29
Entrevista-5	É lento	↓	“a gente está começando a engatinhar”	Ap1/L36,37
Entrevista-6	É fundamental Foco mais forte	↓	“gestão do Professor Alexandre deu um foco mais forte a internacionalização”	Ap1/L41,42
Entrevista-7	De internacionalização Convênios educacionais	↓	“, ganhando um capital político favorável. Já o capital político facilita as relações econômicas”	Ap1/L50,51
Entrevista-8	Estratégia é magnífica Importante pelo contexto	↓	“vejo como uma estratégia inteligente com a tendência para se internacionalizar”	Ap1/L57,58
Entrevista-9	Há falta de estratégias Dialogar estratégias	↓	“ dentro dessas estratégias a gente precisa ter essa equidade dos países”	Ap1/L69,70
Entrevista-10	Há falta de estratégia carência de interesses	↓	“dizer que é internacional a partir da seleção “	Ap1/L86,87

Fonte: autoria própria, (2019).

APÊNDICE F – Quadro de ações Desenvolvidas

Entrevistados	Subcategorias	Situação	Ex. de unidade de análise	Ref.
---------------	---------------	----------	---------------------------	------

Entrevista-1	Extensão sobre línguas crioulas, curso de letras língua inglesa	↑	“fortalecer dentro do Instituto uma visão de internacionalização não só da língua portuguesa”	Ap2/ L111,112
Entrevista-2	Parcerias internacionais com vista a dupla diplomação	↑	“ instituto politécnico de Bragança, universidade de Zambeze, espanholas e alemãs”	Ap2/ L116,107,119
Entrevista-3	Uma disciplina dentro do curso, a de relações internacionais	↓	“pensando projetos, ementa de disciplina trazendo um pouquinho do que são os países parceiros”	Ap2/L129
Entrevista-4	Na prestativa institucional, destaca-se sobretudo o mestrado interdisciplinar	↓	“há um processo de internacionalização a partir do Instituto muito pela via académica“	Ap2/ L140,141
Entrevista-5	Lançamento do primeiro curso de pós-graduação da UNILAB	↑	“ de especialização, com a participação dos países parceiros”	Ap2/L145
Entrevista-6	Projeto de segurança alimenta e escola de verão	↑	tem visibilidade muito grande do governo brasileiro e parceiros”	Ap2/L158,165
Entrevista-7	Cursos na modalidade à distância aos países parceiros	↑	”parceira da RIPES colaborando com mais iniciativas”	Ap2/L 171,172
Entrevista-8	Nenhuma ação	↓	”apenas incentivando os alunos a fazerem trabalhos voltado ao seus países”	Ap2/L175,176
Entrevista-9	Intenção futura	↓	“ abrir o curso da medicina”	Ap2/L178,179
Entrevista-10	Projeto CONSAN, RIPES e CAPOEIRAA	↑	“projetos sob coordenação de RIPES”	Ap2/L185,186

Fonte: autoria própria, (2019).

APÊNDICE G – Quadro de ações com maior relevância para o instituto

Entrevistados	Subcategorias	Situação	Ex. de unidade de análise	Ref.
Entrevista-1	Pesquisas desenvolvidas pelos docentes	↑	“artigos publicados em revistas de Qualis A1, A2, B1, B2”	Ap3/L191,192
Entrevista-2	A dupla diplomação	↑	“tem impacto direto na qualidade de formação dos discentes”	Ap3/L197
Entrevista-3	As ações que discuta as relações internacionais dentro de CPLP	↓	“entender a cooperação Sul-Sul, discutir a relação Int. dentro CPLP”	Ap3/L,2004
Entrevista-4	As ações de ensino	↑	“acolhimento dos estudantes que chegam para pós-graduação de mestrado”	Ap3/L209,210
Entrevista-5	A parceria com a universidade Amílcar Cabral	↑	“ a construir o curso de agronomia na GB”	Ap3/L218
Entrevista-6	Projeto CONSAN e RIPES	↑	“para fortalecer o conhecimento por parte dos países membros da CPLP”	Ap3/L231,232
Entrevista-7	Lançamento de pós-graduação em seg. alim. e nutricional	↑	“este foi o primeiro pós-graduação realmente internacional”	Ap3/L241,242
Entrevista-8	Ensino	↓	“visto de maior relevância no nosso instituto é na área do ensino”	Ap3/L245
Entrevista-9	Abertura de curso de farmácia e seminário internacional	↑	“seminário Internacional, que será em 2020”	Ap3/L247,248
Entrevista-10	Projeto CONSAN	↑	“foram para os países aplicando as atividades, o curso de especialização”	Ap3/L252,253

Fonte: autoria própria, (2019).

Entrevistas	Subcategorias	Situação	Ex. de unidade de análise	Ref.
Entrevista-1	Não temos parcerias	↓	“estamos buscando isso, dentro do programa idioma sem fronteiras ”	Ap4/ L260,261
Entrevista-2	Centro de pesquisas	↑	“centro de pesquisas e universidade”	Ap4/ L270
Entrevista-3	Cooperação celebradas	↑	“ UNILAB e diversas instituições tem, na prática que é difícil sinalizar algo”	Ap4/L273,27 6,277
Entrevista-4	Não temos	↓	“no maior plano da Universidade existe a cooperação entre governos”	Ap4/ L281,282
Entrevista-5	Apenas ao nível institucional	↓	“UNILAB, MEC,ABC e a CPLP”	Ap4/L286,28 7,288
Entrevista-6	Universidade e associações privadas	↑	“tem os que foram inspirados, uns que não foram renovados por uma questão de falta de interesse”	Ap4/L295, 296
Entrevista-7	Programa Universidade Aberta do Brasil Governo Federal	↑	“internacionalização do ensino, pesquisa e extensão”	Ap4/L300
Entrevista-8	Nós não temos nenhum parceiro	↓	“a UNILAB tem através da PROINST os Convênios com as universidades”	Ap4/L303
Entrevista-9	O instituto tem parcerias com instituições da CPLP,	↑	“feitas com Universidade de Angola, Moçambique Cabo Verde”	Ap4/L307,30 8
Entrevista-10	No momento não temos ainda nenhum	↓	“apenas Ministério da Educação, Ministério das relações exterior”	Ap4/L318,31 9

Fonte: autoria própria, (2019).

APÊNDICE I – Quadro de dificuldades no processo de internacionalização

Entrevistados	Subcategorias	Situação	Ex.de unidade de análise	Ref.
Entrevista-1	Têm que ver com a questão de tempo	↓	“para estabelecer ações que visam ao processo de internacionalização”	Ap5/ L327,328
Entrevista-2	Restrições orçamentarias	↓	“fomentar intercâmbio de discentes, docentes”	Ap5/ L333,334
Entrevista-3	A política	↓	“precisa-se entender a cooperação sul-sul para depois compreender UNILAB	Ap5/L337,338
Entrevista-4	A instabilidade política	↓	“cenário político favorável ao processo de internacionalização, efetivar estratégias”	Ap5/ L343,344
Entrevista-5	São as ações políticas	↓	“sempre que a gente troca de um reitor é um trauma”	Ap5/L350
Entrevista-6	Nenhuma dificuldade	↑	“UNILAB ainda tem um aspecto muito forte é acolhido em todo canto”	Ap5/L354,355
Entrevista-7	Falta de parcerias	↓	“elas permitem a expansão de oferta de cursos fechados e abertos”	Ap5/L360,361
Entrevista-8	Limitação do quantitativo de professores e experiência docente	↓	“além da questão financeira que a universidade não colabora”	Ap5/L373,374
Entrevista-9	Deslocamento	↓	“oportunidade de realizar mobilidade do docentes”	Ap5/L378
Entrevista-10	Aspecto burocrático, visibilidade dos docentes estrangeiros	↓	“universidade faz de conta internacional, apenas gerida pelos brasileiros”	Ap5/L400,401

Fonte: autoria própria, (2019).

Entrevistados	Subcategorias	Situação	Ex. de unidade de análise	Ref.
Entrevista-1	Desenvolver pesquisas voltadas aos países parceiros	↑	“atuando no ensino pesquisa e extensão”	Ap6/L430,431
Entrevista-2	Dupla diplomação	↑	“projetos de pesquisa com cooperação internacional”	Ap6/L433,434
Entrevista-3	Nós não temos essa questão	↓	“precisamos ter a parceria de fato funcionando”	Ap6/L437
Entrevista-4	Não consigo te responder isso objetivamente	↓	“as parcerias internacionais são fundamentais”	Ap6/L450
Entrevista-5	Sem as parcerias fica difícil	↓	“Sem a internacionalização, dificilmente os objetivos podem ser atingidos”	Ap6/L456,457
Entrevista-6	Através de projetos e parcerias	↓	“parcerias fortes que vão elevar o nome da UNILAB para comunidades dos países”	Ap6/L459,460
Entrevista-7	Criar mecanismos para que as parcerias sejam efetivas	↓	“que sejam efetivas e que deem resultados”	Ap6/L468
Entrevista-8	Permanência dos alunos pela situação financeira e da saúde	↓	falta do compromisso da gestão superior em relação a esses aspectos”	Ap6/L484,485
Entrevista-9	As parcerias	↓	“ter trocas mais efetivar voltar ao projeto inicial da UNILAB”	Ap6/L494,495
Entrevista-10	A partir da internacionalização de currículos	↓	“é um desafio ainda internacionalização na UNILAB”	Ap6/L 525

Fonte: autoria própria, (2019).

ANEXOS

ANEXO A – Lista de convênios de UNILAB com as instituições parceiras

UNIDADE	NAC. INTERN	OBJETO	PAIS	TIPO II	PARTICIPA	SIGLA	DATA_ASSINA	DATA_PUBI	VENCIMENTO	VENCIME	STATUS_ACORD
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	SÃO TOMÉ & PRÍNC	PÚBLICA	INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE	ISPSTP	30/06/2011		30/06/2016		EXTINTO RESCINDIDO
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	CABO VERDE	PÚBLICA	INSTITUTO INTERNACIONAL DE LÍNGUA PORTUGUESA	IILP	26/01/2012		26/01/2017		VENCIDO
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	PORTUGAL	PÚBLICA	INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA	IPC	31/10/2013	04/01/2014	31/10/2018		VENCIDO
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	CHINA	PÚBLICA	INSTITUTO POLITÉCNICO DE MACAU	IPM	25/03/2013		31/03/2018		VENCIDO
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	ANGOLA	PÚBLICA	INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DE LUANDA	ISCED	20/04/2012		20/04/2017		VENCIDO
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	MOÇAMBIQUE	PÚBLICA	INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DE SAÚDE	ISCISA	16/03/2011	25/03/2011	16/03/2016		VENCIDO
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	CABO VERDE	PÚBLICA	INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE EDUCAÇÃO	IUE	30/11/2013		30/11/2018		VENCIDO
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	PORTUGAL	PÚBLICA	INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA	ISCTCE	18/09/2012		18/09/2017		VENCIDO
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	GUINÉ-BISSAU	PÚBLICA	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, CULTURA, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DOS DESPORTOS DA GUINÉ-BISSAU	MIN ED GUINÉ-BISSAU	31/03/2011	07/06/2011	31/03/2016		VENCIDO
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	TIMOR-LESTE	PÚBLICA	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE	MEC TIMOR-LESTE	03/03/2011	10/08/2011	03/03/2016		VENCIDO
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	SÃO TOMÉ & PRÍNC	PÚBLICA	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E FORMAÇÃO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	MECSTP	30/06/2011		30/06/2016		VENCIDO
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	CABO VERDE	PÚBLICA	MINISTERIO DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E INOVAÇÃO DE CABO VERDE	MESCI	28/03/2012	07/06/2011	28/03/2016		VENCIDO
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	ANGOLA	PÚBLICA	UNIVERSIDADE 11 DE NOVEMBRO	UON	25/11/2013	14/03/2014	25/11/2018		VENCIDO
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	ANGOLA	PÚBLICA	UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO	UAN	19/04/2012		19/04/2017		VENCIDO
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	PORTUGAL	PÚBLICA	UNIVERSIDADE DE AVEIRO	UA	19/09/2012		19/09/2017		VENCIDO
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	CABO VERDE	PÚBLICA	UNIVERSIDADE DE CABO VERDE	UNICV	19/06/2012		19/06/2017		VENCIDO
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	PORTUGAL	PÚBLICA	UNIVERSIDADE DE ÉVORA	UVERA	20/09/2012		20/09/2017		VENCIDO
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	PORTUGAL	PÚBLICA	UNIVERSIDADE DE LISBOA	ULISBOA	15/03/2013		15/03/2016		VENCIDO
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	MOÇAMBIQUE	PÚBLICA	UNIVERSIDADE DE LÚRIO	UNILÚRIO	06/03/2014	06/03/2014	06/03/2019		VENCIDO
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	CHINA	PÚBLICA	UNIVERSIDADE DE MACAU	UM	07/11/2012		07/11/2015		VENCIDO
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	MOÇAMBIQUE	PÚBLICA	UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE	UEM	30/11/2010		30/11/2015		VENCIDO
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	ANGOLA	PÚBLICA	UNIVERSIDADE KIMPA VITA	UNIKIVI	23/05/2014		23/05/2019		VENCIDO
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	TIMOR-LESTE	PÚBLICA	UNIVERSIDADE NACIONAL DE TIMOR LOROSAE (TIMOR-LESTE)	UNTL	27/01/2011	16/02/2011	27/01/2016		VENCIDO
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	MOÇAMBIQUE	PÚBLICA	UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA	UP	12/11/2010	11/07/2011	12/11/2015		VENCIDO
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	MOÇAMBIQUE	PÚBLICA	UNIVERSIDADE ZAMBEZE	UNIZAMBEZE	11/11/2010	11/07/2011	11/11/2015		VENCIDO
BAHIA	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL) S/ REPASSE	PORTUGAL	PRIVADA	UNIVERSIDADE DE BEIRA INTERIOR	UBI	05/09/2017	06/09/2017	05/09/2022		VIGENTE
BAHIA	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL) S/ REPASSE	CABO VERDE	PRIVADA	UNIVERSIDADE DE SANTIAGO (CABO VERDE)	US	13/11/2017	16/11/2017	13/11/2022		VIGENTE
BAHIA	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL) S/ REPASSE	PORTUGAL	PÚBLICA	UNIVERSIDADE DO ALGARVE	UALG	11/09/2017	02/10/2017	11/09/2022		VIGENTE
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	PORTUGAL	PÚBLICA	ESCOLA SUPERIOR DE ENGERMAGEM DO PORTO	ESEP	22/03/2016	29/03/2016	22/03/2021		VIGENTE
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	FRANÇA	PÚBLICA	INSTITUT NATIONAL DES SCIENCES APPLIQUEES	INSA-ROUEN	20/07/2018	17/10/2018	20/07/2023		VIGENTE
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	PORTUGAL	PÚBLICA	INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA	IPB	31/10/2017	01/11/2017	31/10/2022		VIGENTE
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL) S/ REPASSE	PORTUGAL	PÚBLICA	INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA	IPB	10/05/2018	14/05/2018	10/05/2099		VIGENTE
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	MÉXICO	PÚBLICA	UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE YUCATÁN	UADY	16/08/2018	20/08/2018	16/08/2023		VIGENTE
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	ARGENTINA	PÚBLICA	UNIVERSIDAD TECNOLÓGICA NACIONAL	UTN	27/04/2016	28/04/2016	27/04/2021		VIGENTE
CEARÁ	INTERNACIONAL	OUTROS AJUSTES	GUINÉ-BISSAU	PÚBLICA	UNIVERSIDADE AMÍLCAR CABRAL	UAC	03/07/2019		03/07/2024		VIGENTE
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	PORTUGAL	PÚBLICA	UNIVERSIDADE DE COIMBRA	UC	01/07/2010	11/05/2011	01/07/2015	01/07/2020	VIGENTE
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	MOÇAMBIQUE	PÚBLICA	UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA	UP	15/06/2016	01/08/2016	15/06/2021		VIGENTE
CEARÁ	INTERNACIONAL	COOP. (GERAL)	MOÇAMBIQUE	PRIVADA	UNIVERSIDADE POLITÉCNICA	UNIPOLI	28/08/2015	07/10/2015	28/08/2019		VIGENTE

Fonte: PROINST, (2019).

ANEXO B – Marco histórico do surgimento de cooperação Norte- Sul e cooperação Sul- Sul e suas motivações política

	Cooperação Norte-Sul	Cooperação Sul-Sul
Marco geopolítico de surgimento	Guerra Fria (1940-50s) Etapa de bipolarismo rígido	Guerra Fria (1960s) – Etapa de bipolarismo flexível
Lógica do surgimento	Disputas Leste-Oeste	Terceiromundista – “Consciência do Sul”
Definição adotada	Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (OCDE, 1969)	Sem consenso, mas prevalece a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD)
Composição majoritária	Subvenções	Assistência Técnica
Atores que promovem	Países desenvolvidos do CAD/OCDE	Países em desenvolvimento, principalmente emergentes
Média do volume anual (2008-2016)	U\$S 86893,81 milhões de dólares ao ano	Não é mensurada em volume de dinheiro doado
Agenda política	Manutenção da ordem internacional	Reforma da ordem internacional e do sistema econômico mundial

Fonte: adaptado de LENGYEL, Miguel. MALACALZA, Bernabé. ¿De qué hablamos cuando hablamos de cooperación sur-sur? Conceptos, actores y agenda de investigación - un estudio de casos. Datos actualizados do.



Fonte: PISETA, (2019). Apud. LENGYEL e MALACALZA.